

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

ATA Nº 031

PRESIDENTE - DEPUTADA LUCIANE BEZERRA

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa-noite!

Declaro aberta esta Audiência Pública requerida por mim, com objetivo de discutir as questões atinentes ao setor madeireiro de Mato Grosso.

Convido para compor a Mesa, o Exm^o Sr. Deputado Riva, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (PALMAS); o Exm^o Sr. Deputado Dilmar Dal Bosco, 3^o Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (PALMAS); o Exm^o Sr. Deputado Airton Português, 4^o Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (PALMAS); o Exm^o Sr. Carlos Roberto Torremocha, Prefeito Municipal de Aripuanã (PALMAS); o Exm^o Vereador Jonas Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Aripuanã (PALMAS); o Exm^o Sr. Alexander Torres Maia, Secretário de Estado de Meio Ambiente-SEMA (PALMAS); o Sr. Jonil Vital de Souza, Coordenador do Núcleo de Pesquisa Econômica Aplicada da Secretaria de Estado de Fazenda-SEFAZ (PALMAS); o Sr. Marcos Antônio Couto, Fiscal Estadual de Defesa Agropecuária e Florestal, responsável pela unidade local e execução, de Juína, representando o INDEA (PALMAS); a Exm^a Sr^a Neuci Capitani, Prefeita Municipal de Colniza; o Sr. Geraldo Bento, Diretor Administrativo do Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeireira do Estado de Mato Grosso, CIPEM. (PALMAS).

Composto a mesa, convido a todos para cantarmos o Hino Nacional.
(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.)

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Registro a honrosa presença das autoridades que gentilmente compareceram a esta Audiência Públicas: Sr^a Maria Gorette de Lara Cogo, Secretária Municipal de Turismo de Aripuanã; Sr^a Elida Torromocha, Secretária Municipal de Ação Social de Aripuanã; Sr. Nelson Toshio Tokada, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Aripuanã; Sr. Tadeu Aurimar Mocelim, Tadeu do INDEA, Vereador da Câmara Municipal de Aripuanã; Sr. João França, Secretário de Governo do Município de Aripuanã; Sr. Rafael Gomes Paulino, Secretário Municipal de Administração de Aripuanã; Sr. Alcindo Coutinho, vice-prefeito do Município de Nova Monte Verde; Vereador Walmir Moreira, Presidente da Câmara Municipal de Castanheira; Sr. Anderson Christen, Secretário de Meio Ambiente do Município de Nova Monte Verde; Sr. Wanderley do Nascimento, Gerente Regional do INDEA do Município de Juína; Sr. Waldinei Bento dos Santos, Diretor Executivo do Sindicato das Indústrias Madeireiras e Moveleiras do Noroeste de Mato Grosso; Sr^a Fabiana Aguilar, vice-presidente do Sindicato da Indústria Madeireira do Noroeste; Sr. Márcio Zimmermann, Proprietário da Madeireira Ipê; Sr. Agnaldo Anacleto, proprietário da SA Madeiras do Distrito de Conselvan; Sr. Waldemar Capelleso, Madeireira Andorinha, de Aripuanã; Sr. Sérgio Roberto da Costa Lima, Empresa Capital Máster,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

Georreflorestamento, de Campo Grande: Sr. Alessandro Porto, proprietário da Madeireira Dardanelos; Sr. Silvio Zanella, Madeireira Dardanelos; Sr. Wanderley Nunes, Gerente da SM Madeireiras; Sr. Oscar Bezerra, ex-prefeito de Juara.

Agradecemos a presença dos Servidores da Prefeitura de Aripuanã; dos moradores do Município de Castanheira; do Distrito de Conselvan; dos Servidores da SEMA local, dos moradores do Município de Cacoal, Rondônia, muito obrigada, da Sr^a Antonieta Varaschin, Secretária Municipal de Saúde de Aripuanã; do Sr. Valdenir da Silva, Vereador da Câmara Municipal de Aripuanã; da Sr^a Seluir Peixer, Vereadora Municipal de Aripuanã.

Muito boa-noite a todos!

É um prazer imenso voltar aqui em Aripuanã para tratar de um assunto, pelo menos em nossa região, muito pertinente, que é o setor madeireiro. As dificuldades que esse setor vem passando há muito tempo, principalmente nas últimas décadas, nesta e na passada, onde houve um certo preconceito com o madeireiro, tachando a grande maioria de bandido. Isso é notório em toda a imprensa.

E o que nos deixa mais triste é que a grande maioria dos que falam desse setor não sabe nem o que é um manejo, não sabe nem o que é uma árvore plaquetada e como funciona esse setor. Isso é muito triste, porque são pessoas papagaios, que somente repetem o que outras falam ou o que uma imprensa fala. E ficamos muito triste. Eu, principalmente, que vim desse setor, nasci nele e sei da dificuldade dos meus pais, dos meus tios, e do meu próprio avô, que veio de Portugal, a primeira coisa que ele fez no Brasil foi montar uma serraria.

Então é muito antigo no Estado do Paraná. E desde então nós sabemos o que vem passando, as dificuldades, as melhorias do setor. Mas o que nos deixa mais tristes, nós que representamos este setor, é criminalizar o setor e não ajudar.

E eu digo que há muito tempo esse setor vem sendo usado. Mas, infelizmente, nada se faz por ele. É tudo para depois, é tudo muito difícil. E, hoje, eu espero que seja o primeiro passo dessa conversa.

Eu peço para que vocês entendam que é uma Audiência Pública apartidária, não tem Partido político aqui, não tem grupo político aqui. Aqui tem pessoas, autoridades, entidades, população e empresários que querem ver o melhor para a nossa região.

Então, gostaria muito de pedir a compreensão de vocês. Nós temos aqui Secretário da SEMA, o Maia, que fez questão de vir pessoalmente nesta Audiência Pública. Poderia muito bem ter mandado representante, mas fez questão de vir pessoalmente para conversar com todos nós.

Eu sei que a SEMA, hoje, passa por problemas difíceis. É uma das maiores demandas que esse setor enfrenta. Muitas vezes, há morosidade, há burocratização na SEMA. E uma coisa que todo madeireiro quer é a descentralização para que os escritórios locais tenham mais autonomia e não demore tanto para vir uma vistoria, uma liberação de licença e assim por diante.

Mesmo sabendo dessas problemáticas que o setor encontra, o Secretário fez questão de vir e esclarecer qualquer tipo de dúvida com vocês.

Então, eu gostaria muito que tivesse um respeito recíproco de todos nós.

Outra coisa que nós pedimos muito ao setor, nesse caso à SEFAZ - e, hoje, nós temos representantes da Secretaria aqui - é a equiparação da pauta com os Estados vizinhos de Rondônia e Pará. Essa é uma coisa que já discutimos com o Secretário Edmilson. Isso é possível! Está na hora de abrir a discussão de como vai fazer, se vai equiparar, se vamos diminuir as espécies, o que fazer.

Vocês ajudarão para que isso saia daqui, hoje, mais ou menos, mastigado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

Um dos entraves, hoje; uma das dificuldades, sem a morosidade da SEMA, sem a demora do manejo, da liberação do manejo, que, hoje, é o gargalo de todo madeireiro, nós sabemos, é a classificação de madeiras do INDEA que só o Estado de Mato Grosso tem. Outros Estados não têm essa classificação. Então, eu gostaria muito, hoje, porque o representante do INDEA está aqui, que nós conversássemos, que sáísse daqui alguma maneira para amenizar essa situação da classificação da madeira.

Particularmente, eu gostaria muito da extinção. Eu fui até conversar com o Presidente do INDEA quanto à extinção da classificação da madeira. Mas nós sabemos que é muito difícil fazer isso ou mudar um corte total, até mesmo porque ela gera renda e o Governo não pode abrir mão da renda. Então, vamos conversar e ver o que dá para ser feito. Vamos agrupar espécies, fazer por famílias de espécie para ficar mais fácil essa classificação, para que o madeireiro e o INDEA tenham o mesmo entendimento daquela madeira.

Uma das principais reclamações que nós escutamos do setor é que até o ripão que vai para dividir uma madeira da outra ou para completar, que é lixo, muitas vezes, dá problema e uma carga vai para o chão, prende-se caminhão por causa disso.

Eu acho que está na hora de o Estado conversar com os madeireiros e nós sermos amigos, parceiros, companheiros, porque, no Estado de Mato Grosso, hoje, 75, 80% dependem do agronegócio e o madeireiro não é menos importante que um agricultor, que um lavoureiro, que um pecuarista. Nós temos a nossa importância. Fomos nós que abrimos Mato Grosso, logo no início. Chegamos aqui e fizemos estrada, fizemos ponte para, depois, virem outros colonizadores. Então, nós merecemos respeito. É isso que nós queremos: que o Estado dê a sua contribuição, no mínimo, respeitando o madeireiro.

Outra coisa que, também, é uma dificuldade, mas que é um pouco mais complicado, que eu defendo, Presidente Riva, que nós tenhamos, que a Assembleia Legislativa tenha uma cadeira no CONAMA para que represente...

Eu não sei se já tem! Hoje, não tem?

O SR. RIVA (FALA FORA DO MICROFONE) - Não tem!

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Não tem! Eu acho que seria necessário a Assembleia Legislativa ter uma cadeira, ter um representante no CONAMA para discutir as problemáticas. Porque nós que estamos lá é que escutamos vocês; nós é que somos os seus representantes no Estado. Eu acho muito importante isso! Porque o prazo do manejo, hoje, de um ano, sendo prorrogado por mais um ano é pouco. Quando você faz um manejo acima de 15.000, 30.000m³ fica inviável para qualquer madeireiro trabalhar nessas condições. E o mais difícil que é somente para um ano. Porque dizem que é prorrogado por mais um ano, mas a burocracia é muito grande e nós dependemos de engenheiros. O madeireiro depende do engenheiro e do pessoal que trabalha no mato para ele. Muitas vezes, é tirada uma árvore para ele lá no mato que não era para ser tirada e na hora de fazer esse prazo de mais um ano do manejo, o madeireiro não consegue fazer porque foi tirada e houve uma irregularidade.

Então, nós somos penalizados de todas as formas. Eu acho que tem que ter um meio mais simplificado das coisas acontecerem para esse setor.

Então, eu gostaria só de pedir que tenhamos uma Audiência Pública produtiva, mas nada os impede de colocar os seus posicionamentos. Nós estamos com a nossa equipe fazendo as inscrições, porque nós ouviremos os componentes da mesa, as autoridades, os representantes, então, eu abrirei a palavra para fazermos o debate.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

Eu gostaria de pedir a todos, principalmente aos representantes da SEFAZ, do INDEA e da SEMA...

Eu gostaria de saber se tem um representante do IBAMA. Foi chamado um representante do IBAMA e não o colocaram aqui.

Então, se estiver um representante do IBAMA que se apresente a nossa equipe para, também, vir compor a mesa.

Eu peço um prazo de três minutos para que esta Audiência Pública seja produtiva e que possamos mais ouvi-los do que falarmos.

Para começar, eu convido para fazer uso da palavra o Exmº Sr. Prefeito Municipal de Aripuanã, Sr. Carlos Roberto Torremocha, para dar as boas-vindas como anfitrião da cidade.

O SR. CARLOS ROBERTO TORREMOCHA - Boa-noite a todos!

Eu cumprimento aqui a minha amiga Neuci Capitani, Prefeita Municipal de Colniza; o Vereador Jonas Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Aripuanã; o Deputado Airton Português, o Deputado Dilmar Dal Bosco, a Deputada Luciane Bezerra; o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Riva; o Exmº Sr. Secretário Alexander Maia, Geraldo e todos os nossos colegas.

Eu quero lhe agradecer, Deputada Luciane Bezerra; agradecer a todos os Deputados pela iniciativa de estarem, hoje, em Aripuanã tratando da SEMA, que é um dos gargalos do Município de Aripuanã e da região do Noroeste de Mato Grosso.

Hoje, à tarde, o Secretário Maia e eu conversamos bastante e, graças a Deus, me parece, eu tenho certeza, vamos confiar, que a SEMA está tomando novos rumos. Nós precisamos trabalhar isso, porque a ferramenta do Município de Aripuanã, de toda esta região, é a madeira. Hoje, as propostas que nós ouvimos do Secretário de Meio Ambiente foram muito boas. Os Deputados, também, estão aqui, hoje, representando o povo.

Então, eu espero que, a partir deste dia, nós, que vivemos do setor madeireiro, toda a população desta região tenha fé na região em que vivemos. Porque vivemos do extrativismo e dependemos, hoje, de 80%, Secretário, da SEMA para sobrevivermos e ganharmos o nosso sustento.

Então, eu espero que com esse mutirão que está acontecendo que consigamos, pelo menos, salvar a metade da nossa safra, pois, já estamos no mês de agosto e ela já foi embora. Mas isso não dará reflexo, agora, na nossa cidade. Nós sabemos que o efeito surgirá nos meses de janeiro, fevereiro, março, abril e maio quando teremos muita dificuldade na geração de emprego.

Mas o senhor veio aqui e eu agradeço a sua presença. Peço a Deus que a sua cabeça que domina esta região, principalmente o nosso setor, juntamente com os nossos colegas Deputados, tome essa linha e que o senhor olhe por esse povo que hoje, muitas vezes, está aqui implorando para trabalhar. Porque nós, do setor madeireiro, vivemos a cada dia nos arrastando e pedindo que, pelo amor de Deus, nos deixe trabalhar; que nos deixe gerar emprego. Porque nós só queremos ser vistos como pessoas sérias. Chega de o setor madeireiro ser visto como bandido.

Hoje nós temos na nossa região Exército, IBAMA, Polícia Militar, Força Nacional, Polícia Federal. Nós não somos bandidos, Secretário.

Queremos, sim, trabalhar 100% organizados, mas queremos que o Estado, que a Secretaria de Estado do Meio Ambiente nos dê condições realmente de trabalhar.

Agradeço a todos e peço a Deus que ilumine a cada um.

Deixo as minhas palavras aqui e torço para que Vossa Excelência realmente execute aquilo que Vossa Excelência nos prometeu.

Muito obrigado. (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Convido o Vereador Jonas Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal desta cidade, para fazer uso da palavra.

O SR. JONAS RODRIGUES DA SILVA - Em nome da Deputada Luciane Bezerra, que preside esta Audiência Pública, cumprimento os componentes da mesa; em nome do Deputado Riva, cumprimento todos os presentes.

Quero dizer a vocês que este é o momento propício de se discutir a questão do setor madeireiro, que, por incrível que pareça, é o fator econômico no nosso município e o maior gerador de emprego.

E quando falamos do setor madeireiro, nós temos muitos gargalos a serem enfrentados e que tem que ser combatidos, Deputado Riva, com seriedade, Deputada Luciane Bezerra, com projetos, com programa na nossa região. Porque nós sabemos que o avanço do Estado de Mato Grosso tem um pouquinho do setor madeireiro, que é o que gerava renda no Estado de Mato Grosso.

Hoje, infelizmente, principalmente na região Noroeste, nós não temos um projeto realmente eficaz para a nossa região aqui. O nosso problema não é só as LAUs, não são os projetos de manejo, nós temos uma mão de obra cara; nós temos um combustível dos mais caros do País, praticamente. Por quê? Por questão de logística. E com mais um agravante: Nós sabemos que o setor graneleiro lá em cima tem linha de crédito pelo BNDES e outras mais de incentivos fiscais. E nós aqui trabalhamos só seis meses por ano e não temos nenhum tipo de incentivo, não tem nenhum programa que venha incentivar essas pessoas que estão aqui na nossa região. E aí é uma preocupação muito grande.

Um futuro incerto, Deputado Dilmar Dal Bosco, porque não temos mais onde se agarrar; nós não sabemos o que vai acontecer amanhã e no ano que vem. Nós estamos sofrendo, além do setor madeireiro, que está desempregando muita gente, as pessoas estão batendo na porta das Câmaras, da assistência social e não chegamos ainda nem na época complicada, que é janeiro e fevereiro que não tem realmente trabalho.

Hoje, conversando com um empresário do setor, se as coisas não ocorrerem de acordo, está com a previsão de ele despedir 80% do quadro de funcionários. Vocês imaginem o desemprego, o caos que a região Noroeste vai enfrentar.

Então, não adianta nós discutirmos a questão da LAU. Nós temos que discutir aqui um projeto ou um programa de incentivo fiscal, de logística, para realmente termos condições de produzir e disputar os valores das pautas de madeira com o Pará e com o Estado de Rondônia. Essa é a pura realidade, Deputada.

Isso nos preocupa bastante, porque fazemos parte dessa administração e sabemos que Aripuanã está aqui no centro da Amazônia, mas é uma cidade bonita e tem pessoas que acreditam neste município.

Meu muito obrigado! Que Deus abençoe a todos e que esta Audiência Pública seja realmente proveitosa (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Convido o ilustre palestrante, Sr. Geraldo Bento, Diretor-Administrativo do Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeiras do Estado de Mato Grosso-CIPEM, que dispõe de dez minutos para a sua explanação, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

O SR. GERALDO BENTO - Boa-noite a todos!

Em nome do Deputado Riva, Presidente da Assembleia Legislativa, cumprimento todos os Deputados que aqui se encontram; em nome do Prefeito, cumprimento os demais prefeitos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

presentes aqui; em nome do Secretário Maia, cumprimentar todos os servidores da SEMA; também um cumprimento especial para a Deputada Luciane Bezerra, que convocou esta Audiência Pública, que vem a calhar na hora certa para o nosso setor de base florestal, que é um setor que está prestes a morrer por falta, talvez, de ação.

Quero também me apresentar: Sou Presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Noroeste de Mato Grosso, área de abrangência de Brasnorte até Colniza, hoje se estendendo até Guariba; também sou Diretor Executivo do CIPEM, que é uma entidade que representa os oito Sindicatos da Base Florestal do Estado de Mato Grosso.

O CIPEM incumbiu-me de vir aqui passar algumas demandas e fazer algumas reclamações, também, referentes ao nosso setor, que alavanca a economia aqui do Noroeste e do Norte do Estado.

Quero passar a vocês alguns dados que eu tenho do CIPEM aqui.

O nosso setor realmente pesa na economia do Estado. Nós consumimos três milhões e novecentos mil cúbicos de tora/ano.

Com a permissão do Secretário, são dados, talvez, vieram da Secretaria, também, e outros dados externos.

Nós temos mil seiscentas e quarenta indústrias do setor madeireiro no Estado; empregamos cento e sessenta mil funcionários diretos e indiretos dentro do nosso setor; carregamos cento e setenta e oito mil cargas/ano de madeira.

Vejam bem, esses são alguns dados que nós temos dentro do setor, que o CIPEM levanta estatisticamente para saber a importância que temos dentro do Estado e o que nós significamos também.

Para vocês terem uma ideia, o mercado da madeira hoje trabalha com 62% no mercado interno, nos outros estados, o consumo; 8% na exportação e 20% dentro do Estado de Mato Grosso. Esses são dados que precisamos saber, porque é um setor que realmente traz uma grande importância para nós.

Eu gostaria de tocar logo no assunto que realmente pega o nosso setor da base florestal.

Vejam bem, aqui, todos vocês, a maioria é do setor da base florestal, madeireiro, cada um tem a sua demanda, cada um tem o seu problema interno, e, muitas vezes, nós, como representantes da entidade, não sabemos de todos os problemas que vocês têm. Infelizmente, cada um pensa diferente.

Eu gostaria de chamar atenção do nosso representante político neste momento... Está indo para cinco anos que represento a entidade sindical. Quando a SEMA assumiu a responsabilidade ambiental do Estado, o Governo nos prometeu que iria estruturar a SEMA a altura para nos atender com dignidade. O tempo está passando, as promessas sempre acontecendo e, na realidade, até o momento nós estamos sempre passando por sérias dificuldades, muitas consequências para o nosso setor, talvez em virtude de uma boa gestão dentro da SEMA.

Então, veja bem, o Estado atribuiu, Secretário, um monte de responsabilidade ambiental para ele mesmo e a infraestrutura da SEMA continua num nível muito baixo.

Sabemos que antigamente tinha uns trezentos funcionários na SEMA e hoje deve ter mais de oitocentos, só que a demanda, antes de o Estado assumir a responsabilidade florestal, não chegava a cinco por cento da demanda de hoje. Essa equivalência está muito longe de chegar à realidade. Sabemos disso, sabemos o que isso está acontecendo dentro da SEMA.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

Então, eu gostaria de chamar a atenção dos nossos representantes políticos do Legislativo e do Executivo para que esse talvez seja o momento de abraçar essa situação junto ao Governo, fazer um corporativismo para resolver os problemas do nosso setor, porque muitas vezes só dar palmadas e criticar não resolve o problema. Nós temos que ajudar, temos que ser parceiros, mas, em compensação, temos que ter uma reciprocidade e um retorno do Governo também.

Então, gente se eu for mencionar as demandas e os gargalos que nós temos em nosso setor são vários. Temos problemas de vistoria, de fiscalização, problema com a LAU, que é um problema sério, que não sai, não anda, e outras coisas mais das quais dependemos que não anda.

Nós temos um problema recente que aconteceu na SEMA, que foi a greve dos servidores da SEMA.

Houve uma consequência enorme para o nosso setor, Secretário, porque o nosso setor perdeu a safra deste ano, infelizmente, por causa da greve. Então, nós, além de perder a safra, tivemos um grande prejuízo.

Nós temos estatísticas de faturamento, que o Estado fatura em torno de cento e quarenta e cinco milhões/mês só do nosso setor de base florestal.

Nós fizemos um cálculo aproximado e em quarenta dias o Estado deixou de arrecadar cento e noventa milhões - isso só faturamento de madeira. Consequentemente deixou de arrecadar ICM, de recolher ICM. Aí vêm tarifas, taxas, INDEA e outras áreas que não estão incluídas nesses valores.

Então, eu acredito que o Estado não está consciente da situação do prejuízo que ele está levando em relação à paralisação do servidor da SEMA.

Eu acho que tinha que rever, tinha que ter uma avaliação desse setor, porque nós perdemos a safra. Infelizmente nós temos 60 dias, temos o nosso projeto de manejo que continua parado, o servidor da SEMA não deu continuidade ao nosso projeto devido à paralisação, e nós estamos à mercê.

Nós estamos falando em prejuízo do Estado, mas, consequentemente, as nossas empresas também levaram o mesmo prejuízo, Secretário. Nós deixamos de faturar. Quantas empresas estão esperando até hoje no meu município a liberação de um projeto para iniciar a sua atividade agora na seca e, infelizmente, não conseguiu.

Então, fica aqui o meu apelo e eu gostaria que todos os nossos colegas do setor de base florestal também levantasse sua demanda, sua reclamação, porque este é o momento.

E quero fazer mais um apelo aos nossos representantes: abracem esta causa da SEMA, Deputado. Se for preciso entre com unhas e dentes para ajudar o nosso Secretário resolver o problema de infraestrutura, porque a SEMA hoje está muito aquém do que nós precisamos.

Obrigado (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Com a palavra o nobre Deputado Airton Português, 4º Secretário da Assembleia Legislativa.

O SR. AIRTON PORTUGUÊS - Meu boa-noite a todos e todas!

Queremos registrar a presença do nosso Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Riva; da Deputada Luciane Bezerra, do Deputado Dilmar Dal Bosco; também do Prefeito Municipal de Aripuanã, Carlos Roberto, ao qual agradecemos a recepção em seu município; da Nelci Capitani, Prefeita de Colniza, também participando deste evento de tamanha importância; do Vereador Jonas Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal de Aripuanã; do Alexander Torres Maia, Secretário de Estado de Meio Ambiente-SEMA; do Marcos Antônio Couto, Fiscal Estadual de Defesa Agropecuária e Florestal, responsável pela unidade local de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

execução de Juina; do Geraldo Bento, Diretor Administrativo do CIPEM, que fez explicações das necessidades do segmento madeireiro, tanto de Aripuanã como de toda essa região.

Queremos dizer a todos... Antes quero me identificar, sou filho de dono de serraria, que antigamente se falava, com todo prazer, que os madeireiros eram serradores e donos de serraria.

Vendo essa situação que está acontecendo, tanto em Aripuanã como em toda nossa região, e num momento anterior tivemos conversas com pessoas do segmento madeireiro aqui de Aripuanã e região, quando o nosso Secretário Maia também passou todas as demandas, principalmente nas questões dos manejos que serão regularizados aqui em Aripuanã e em toda região, e logo mais ele estará falando sobre essa situação dos manejos.

Mas uma das coisas que nos deixa muito tristes, como Deputado Estadual do nosso Estado de Mato Grosso, oriundo da minha região desde vereador e duas vezes Prefeito do Município de Araputanga, hoje reeleito Deputado Estadual, é a situação, como falou o Prefeito Carlos, de o madeireiro ser visto como bandido, e eu quero deixar esta nossa colocação aqui.

De sábado para domingo, eu estava na cidade de Araputanga, na fronteira com a Bolívia, na nossa cidade, onde temos o nosso amigo, Dr. Fernando, e amarram o filho dele, roubaram dois veículos para regularizar por meio de uma lei que tem hoje na Bolívia.

Então, nós queremos deixar essa nossa colocação, porque isso que aconteceu lá acontece diariamente no nosso Estado de Mato Grosso, tanto na região Oeste como em Cuiabá, Várzea Grande, como em toda Baixada Cuiabana, muitas vezes, com furtos e acontecimentos em Aripuanã e em todo nosso Estado. Vão lá, pegam essas situações, principalmente um capital conseguido com muito trabalho, com muito suor pela família, e trazem drogas para Aripuanã, para o nosso Estado, para o nosso País e para o mundo afora.

Queremos deixar registrado aqui que hoje eu vejo que a responsabilidade da segurança do nosso Estado é de todos nós. Agora madeireiros serem considerados bandidos, enquanto bandidos estão agredindo as nossas famílias!

Eu peço e vou fazer um comunicado ao Ministério da Defesa. Nós temos o Exército, o Exército é importante aqui, ali, acolá, mas também a importância que eu considero de um Exército é na área de fronteira do nosso País no qual nós precisamos de tanta segurança, principalmente aqui em Mato Grosso, na nossa fronteira com a Bolívia.

Queremos deixar esse registro.

Eu vejo, do que foi falado pelos madeireiros e também pelo Diretor da SEMA, a população desta região não quer nada ilegal, ela quer regularização para que se adquira essa safra de madeira e seja vendido no mercado estadual, nacional e internacional. Eu não vi em nenhum momento qualquer produtor de madeira falando diante de irregularidade, eles querem regularizar, eles querem produzir, eles querem trazer renda para toda esta região e também trabalho que é muito importante.

Ouvimos pessoas falando que madeireiro que tinha trezentos funcionários e hoje está só com quarenta funcionários. Então, está deixando muitas famílias desempregadas, isso é muito preocupante e é falta, muitas vezes, da responsabilidade de todos nós, políticos, com a população de Aripuanã e com o nosso Estado de Mato Grosso.

Queremos deixar isso registrado, faremos uma comunicação, como Deputado Estadual, para os responsáveis pela segurança do nosso Estado, do nosso País, para que bandido não está aqui querendo regularizar a sua safra de madeira, mas que também bandido nós muito na nossa fronteira do Estado de Mato Grosso com a Bolívia.

Boa-noite a todos. (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Quero agradecer a presença do Sr. Antônio Firmino dos Santos, Vereador da Câmara Municipal de Aripuanã; Ednilson Luiz Faitta, 3F Madeiras e ex-Prefeito de Aripuanã e sua esposa; João de Abreu, Presidente do Bairro Cidade Baixa, de Aripuanã; Sr. Amaro Salmo da Rosa, Secretário Municipal de Finanças do Município de Aripuanã; Siderley Mazon (Ney), proprietário da SM Madeiras; Sr. Orivaldo Bezerra, Presidente do Sindicato Rural de Juara, meu sogro; meu irmão Celsinho Azoia, proprietário da Madeireira Creforma, de Juara; Ximbo, nosso amigo e proprietário de madeireira lá em Juara.

Um abraço ao Juliano Garutti, proprietário de madeireira, Bezerra Madeireira. E agradecer a Imprensa local presente cobrindo a Audiência Pública. O Sr. Agostinho Carvalho Teles, Médico e ex-prefeito do Município de Aripuanã.

Com a palavra, o Deputado Dilmar Dal Bosco, 3º Secretário da Assembleia Legislativa.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Boa-noite a todos! Primeiramente eu quero agradecer a Deus por este momento, momento importante e especial para o Estado de Mato Grosso.

Quero cumprimentar meu amigo, companheiro e Presidente da Casa, Deputado Riva; a Deputada Luciane Bezerra, companheira nas Câmaras Temáticas importantes do setor madeireiro. Nós fazemos um trabalho juntos lá e que brilhantemente convocou esta Audiência Pública; meu amigo e Deputado Airton Português, 4º Secretário da Assembleia Legislativa; o Prefeito Beto e a Nelci, que se fazem presentes, abrilhantando esta Audiência Pública; o Vereador Jonas, Presidente da Câmara Municipal, que representa todos os Vereadores aqui presentes; o Secretário Maia, que representa o Governo e representando todas as Secretarias do Governo.

Eu, Deputada Luciane Bezerra, Presidente Deputado Riva e Deputado Airton Português, também como Deputado iniciante na Assembleia Legislativa, tenho acompanhado bastante, principalmente no que se diz respeito à geração de emprego. A grande preocupação que tenho também na Comissão de Indústria, Comércio e Turismo é que estou defendendo as Câmaras Temáticas, principalmente na questão do Setor Produtivo e Setor Florestal.

Eu vejo que, muitas vezes, o que falta é empenho do Governo do Estado de Mato Grosso. E quando nós assumimos, antes de assumir no dia 26 de janeiro, lá em Sinop, o Governador Silval Barbosa, numa conversa que eu estava presente, eu pedi para ele: Governador, Vossa Excelência agora é o Governo do Estado de Mato Grosso, mas Vossa Excelência é Governador principalmente do norte do Estado. E nós temos um setor que precisa da ajuda do senhor, que é o setor florestal. O setor madeireiro precisa do seu auxílio. E, ao final do mês de março, nós fizemos novamente a reunião, porque o João Baldasso estava preocupado, Beto, ele como Presidente do CIPEM e o Eduardo do setor florestal, porque já ia começar a safra e precisava dos seus projetos de manejo liberados. O Governador também se preocupou na época e prometeu para nós, Deputados, que ia fazer uma força tarefa para que fizesse um trabalho direcionado, principalmente para o setor madeireiro, com as LAUs e os Projetos de Manejo. Não é, Secretário Maia? Eu vejo que a Secretaria tem que fazer com urgência, separar o setor madeireiro do resto das pesquisas, dos trabalhos das LAUs. Eu acho que isso é muito importante. Lá na SEMA tem um direcionamento para melhorar realmente para ir sim nós vamos conseguir dar agilidade nos projetos de manejo.

A Câmara Temática, nós estamos discutindo a importância..

Eu vejo que o INDEA ou o Governo do Estado de Mato Grosso fecha o INDEA ou dá condições dignas de realmente o INDEA fazer um trabalho de classificação das madeiras ou tira da classificação ou dá condições dignas para que os funcionários não façam atuação ou multa em

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

cima do setor florestal. A função dele é de orientar e ajudar o setor madeireiro que precisa dos profissionais, fazendo o seu trabalho.

E nós discutimos lá também, como a Deputada Luciane Bezerra falou aqui, o preço da pauta da madeira. Já sensibilizamos o Governo com um documento para que ela faça uma audiência com os Governadores vizinhos do Pará e de Rondônia para que nós consigamos ter competitividade do nosso setor madeireiro, para que nós possamos vender o nosso produto com ganhos em cima dele, mas ter condições realmente de levar o nosso produto para o Brasil ou exportação. Nós competindo com os nossos irmãos, que são vizinhos, que merecem também, mas também o nosso setor precisa do auxílio ou muitas vezes até de incentivos fiscais como Vereador Jonas falou com grande sabedoria. Eu discuto muito isso. Muitas vezes o Governo do Estado de Mato Grosso dá incentivo fiscal para grande empresários que não geram emprego tanto quanto o setor madeireiro gera de emprego principalmente no Norte do Estado de Mato Grosso. Então, nós temos que mudar.

Falei com o Governador, falei com o Secretário Maia, muitas vezes nós no discurso ou lá na Assembleia Legislativa a função de Deputados nós fazemos cobrando o Governo do Estado, exigindo, fazendo as nossas ponderações, fazendo as nossas exigências, mas infelizmente muitas vezes o Governo não vê com carinho especial, Maia, que precisa este setor que gera emprego no Estado de Mato Grosso e nunca está pedindo esmola para o Governo do Estado. Quer sim continuar a sua atividade, mas quer com qualidade, não fazendo desmatamento ilegal, não trabalhando na ilegalidade. Muitas vezes alguns funcionários da SEMA vendem a dificuldade para ganharem facilidade. Nós precisamos mudar essa questão urgente na SEMA.

Eu tenho certeza que Vossa Excelência tem ideias boas, tem feito um bom trabalho, sou companheiro. Vossa Excelência me conhece há muito tempo, eu quero ajudar, mas também quero que o Estado de Mato Grosso valorize o setor florestal que faz e gera muito emprego para o Estado de Mato Grosso, dando condições de uma cidade como Aripuanã, como Colniza, que a Prefeita Nelci precisa do auxílio do Governo e praticamente lá 80% ou aqui também depende do setor madeireiro, é o que gera emprego, gera renda e dá condições dignas para as pessoas que aqui vivem.

Se o Governo do Estado chegar ao ponto de falar “vamos fechar o setor madeireiro, vamos parar”, pode contar comigo como Deputado Estadual, desde que venha aqui em Aripuanã, chegue para os empreendedores e fale: está aqui o dinheiro do seu maquinário, dos seus bens, está aqui a indústria para você tocar para gerar emprego para essas pessoas. Como o Governo não tem essas condições, que dê condições dignas de as pessoas continuarem nas suas atividades.

Como foi falado aqui, o meu pai veio para cá em 76, a convite do Governo Federal. Nós tínhamos que desmatar, desbravar, e assim foi o setor madeireiro. Vamos entrar na floresta, vamos produzir, vamos gerar renda, vamos fazer o desenvolvimento e o crescimento do Estado de Mato Grosso. Portanto, jamais podem ser chamados de bandidos.

Eu acredito que essa operação que está sendo realizada lá na minha Cidade Sinop, também, virou um grande circo armado da Polícia Federal. Não contra os profissionais, Maia, você sabe a minha colocação, o IBAMA, a própria SEMA está lá, o Exército Brasileiro e a Força Nacional. Tratem como bandidos aquelas pessoas que trazem drogas para dentro do Brasil e para dentro do Estado de Mato Grosso, quando nós estamos perdendo safra da nossa juventude no alcoolismo e nas drogas. Nós precisamos do Exército Brasileiro para fazer essa função, e não vir dar medo no setor como está fazendo, gerando uma insegurança em toda cidade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

Então, eu quero ajudar e contribuir. Como Deputado Estadual eu quero ser um Deputado governista, um Deputado que manda no nosso Estado. Assim espero que o Governador Silval Barbosa também faça a mesma coisa, seja estadista, que no Estado de Mato Grosso quem manda é o Governador do Estado de Mato Grosso. Quando quiserem vir com ação da Polícia Federal, do Exército Brasileiro, que não permitam a entrada das drogas no Brasil.

Nós estamos lá na Assembleia Legislativa, todos os Deputados, por isso é que eu falo da luta diária do Presidente Riva, do Deputado Airton Português e da Deputada Luciane Bezerra, também do Deputado Luizinho Magalhães que não pode estar presente, mas que tem lutado principalmente por este setor.

Contem comigo. Parabéns novamente, Deputada Luciane Bezerra, pode ter certeza, eu como Deputado iniciante estou lá defendendo e quero contribuir porque foi uma das lutas da minha campanha, me dedicar, principalmente, ao setor madeireiro.

Muito obrigado e que Deus ilumine a todos (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Quero agradecer a presença de Carlos Gilberto, do Grupo Arte Norte, de Sinop.

Com a palavra, o nobre Deputado Riva, Presidente da Assembleia Legislativa.

O SR. RIVA - Boa-noite a todos os amigos e amigas de Aripuanã!

Eu quero saudar a Presidente desta Audiência Pública, autora do Requerimento, a colega Deputada Luciane Bezerra; meus colegas Deputados, o 3º Secretário da Mesa, Deputado Dilmar Dal Bosco; o 4º Secretário da Mesa Diretora, Deputado Airton Português; o Prefeito de Aripuanã, meu amigo Beto Torremocha; o Vereador Jonas Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal; e os Vereadores Tita, Ceará, Tadeu e a Vereadora Seluir Peixer, presentes nessa Audiência Pública.

Saúdo o Secretário de Estado de Meio Ambiente, Cel. Alexander Torres Maia; o Coordenador de Núcleo Pesquisa Econômica Aplicada da SEFAZ, Sr. Jonil Vital de Souza; o Fiscal Estadual de Defesa Agropecuária e Florestal, responsável pela unidade de Juína, Sr. Marco Antônio Couto; a minha amiga Prefeita de Colniza, Sr^a Nelci Capitani; meu amigo Geraldo Bento, Diretor do CIPEM e também Presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras e Moveleiras do Noroeste de Mato Grosso-SIMNO.

Saúdo em especial à imprensa, começando agradecendo o pessoal da TV Assembleia.

Para quem não sabe, esta Audiência Pública está sendo filmada e será reprisada em Cuiabá. Muitos Deputados que não tiveram a oportunidade de participar desta Audiência Pública terão a oportunidade de vê-la pela TV Assembleia. Sugiro, inclusive, que uma fita seja encaminhada ao Governador do Estado, se tiver algum tempo para ele acompanhar o clamor do setor.

Também estão aqui as nossas Taquígrafas, registrando cada palavra desta Audiência Pública que será repassada às autoridades competentes; e o Cerimonial da Assembleia Legislativa.

Então, muito obrigado a todos os colegas de trabalho da Assembleia Legislativa e muito obrigado a todos aqui presentes nesta Audiência Pública.

Deputada Luciane Bezerra, confesso que nos últimos dias eu me dediquei em estudar com mais profundidade, Sr. Ivaldo, a Legislação Ambiental do nosso Estado e do Brasil, e tirei algumas conclusões não muito otimistas. Primeiro, que os nossos Congressistas, e aí o Congresso Nacional, infelizmente, votam muitas matérias que eles mesmos não sabem o que estão votando. Se você perguntar de Legislação Ambiental em vigor, hoje, eu duvido que algum Deputado

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

Federal e Senador de Mato Grosso saibam pelo menos 5% dela. Porque, infelizmente, o Congresso Nacional é assim, muitas vezes acompanha o voto do Líder; muitas vezes não tem a atenção necessária; muitas vezes vêm as Portarias, os Decretos e a famosa Medida Provisória. E também a legislação estadual que é muito complexa.

E aí nós começamos a ver na resolução do CONAMA, a Resolução nº 406, não sei se todos conhecem essa resolução, mas mesmo o Setor Madeireiro poucos conhecem, quando você vê o que é o manejo florestal. Pela definição no inciso IX do artigo 1º, do que é o manejo florestal, ele deveria ser o procedimento mais simples do mundo, porque trabalha a favor do meio ambiente.

Infelizmente não é. Ele é complexo. Quer dizer, se um País quer preservar as suas florestas, e no passado o que aconteceu foi isso... Eu tive uma discussão com a Ministra Marina Silva, e fiquei marcado para sempre com ela, quando disse a ela que o maior responsável pelo desmatamento no Brasil, principalmente na Amazônia, foi o IBAMA. Você entrava com um manejo florestal e demorava cinco, seis anos, não é isso, Nei? É isso, Ednilson? É isso, Prefeito, Dr. Agostinho, os madeireiros que estão aqui? É isso, não era? Você entrava com um pedido de desmate para ter a matéria-prima para dar entrada, para você poder comercializar. E por que surgiu as venda de notas? Porque nem todo mundo conseguia legalizar.

Aí vieram as mudanças e o Estado teve muita coragem em assumir a gestão florestal. Essa foi uma decisão muito inteligente. Infelizmente nós não conseguimos atingir a perfeição. Primeiro porque nós temos que ser realistas. Batemos no peito e falamos assim: Mato Grosso cresce dez por cento ao ano. Mas nos esquecemos, muitas vezes, que cresce tudo. Cresce a demanda na área de saúde, cresce a demanda na área de educação, cresce a demanda na área de segurança. Cresce a necessidade de fazer ponte, de fazer estrada de fazer asfalto e crescem as demandas, as necessidades de aparelhar as Secretarias. Queremos tocar algum setor de Mato Grosso com o mesmo pessoal que nós já tocamos há vinte anos atrás, crescendo dez por cento ao ano. Quer dizer, é impossível isso.

E a SEMA, nós temos que ser realistas, melhorou? Melhorou muito, mas ainda não é o que precisamos para atender os nossos interesses. Está muito distante de ser a SEMA que nós precisamos.

Agora, ao invés de procurarmos culpados, nós temos que, todo mundo, nos unir. Porque, às vezes, quando criticamos a SEMA, muitas pessoas pensam que nós criticamos a pessoa do Secretário Alexander Maia. Pelo contrário! Eu disse ao Governador Silval Barbosa e a algumas pessoas que eu acredito que o Secretário Alexander Maia seja muito competente. O problema é mandarem qualquer um de vocês fazer uma casa e não lhe darem as ferramentas, como o martelo; não lhe darem condições para você fazer a casa. Você não a faria. Mande você derrubar uma floresta com a machadinha!

Quer dizer...

Agora, a Assembleia Legislativa já insistiu muito nessa tese. Não foi omissão da Assembleia Legislativa. Todos aqui são testemunhas do quanto nós já brigamos, do quanto nós já insistimos.

Parece que tem um estigma contra o madeireiro, Secretário Alexander Maia. Eu vejo infelizmente que muitas pessoas que poderiam estar aqui já estão fora do setor. Já foram embora, não aguentaram. Estão aqui os teimosos e aqueles que querem trabalhar corretamente.

É por isso que nós precisamos prestigiar esses que, ainda, estão no setor, que querem trabalhar corretamente, que é a lógica. Não tem jeito de ser diferente!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

E nós vemos aqui o CONAMA, que no inciso II do art. 3º, desta Resolução, diz que o ciclo de corte inicial, onde você usa a máquina para arrastar a madeira: “vinte e cinco anos e de, no máximo, trinta e cinco anos.”. Onde não usa a máquina dez anos. Agora, um detalhe: onde não usa máquina só se extrai 10m. E, ainda, sugere que isso seria em várzea. Nem terá madeira para extrair.

Nós precisamos começar a lutar para mudar isso no CONAMA.

No mínimo, Secretário Alexander Maia, a cada quinze anos você pode fazer um ciclo de corte de madeira, entre quinze e vinte anos, principalmente nessa região. Quando você faz um manejo quanta madeira não fica fora? Às vezes, por questões de centímetros. Em dois, três, quatro, cinco anos ela já atingiu o nível de corte.

Eu falei da Resolução, mas nem vou falar da Portaria nº 99, da SEMA, que nós podemos melhorar. Nós discutíamos isso com o Secretário Alexander Maia no avião. Aliás, ele é muito receptivo às mudanças. Essa Portaria, ainda, é de 2007. Não tem sentido você definir noventa dias de validade para uma Certidão de Legitimidade e Localização. Às vezes, você luta por muito tempo para tirar essa Certidão no INTERMAT... E nós discutíamos isso, também. Inclusive, o Secretário Alexander Maia falará um pouco sobre isso, porque a SEMA tem funcionários dentro do INTERMAT e não podemos culpar a SEMA. Muitas vezes, a maior parte dos problemas está no INTERMAT e não é na SEMA. Nós precisamos resolver esse gargalo do INTERMAT que, também, não funciona nesta região. Quantas áreas nós temos aqui que poderiam estar tituladas, que já prometemos centenas de vezes e, ainda, não estão? Noventa dias de validade para uma Certidão de Legitimidade e Localização é pouco!

Essa é a Portaria nº 99 que o Secretário Alexander Maria, inclusive, ficou de estudar.

E tantas outras leis, como a Lei do CAR, que está aqui conosco; a Portaria nº 28, da Secretaria do Meio Ambiente; a Resolução nº 06.

Pelo tempo, com certeza, não dará para discorrermos sobre tudo isso. Mas nós precisamos, a Assembleia Legislativa principalmente, nos debruçar sobre essa legislação e trabalhá-la.

Secretário Alexander Maia, eu acho que em um Estado como Mato Grosso chover no molhado é falar os problemas que vocês enfrentam aqui, que nós enfrentamos. Porque vencendo essa etapa da SEMA, ainda, vamos esbarrar em outras que já foram faladas aqui, como a questão da classificação da madeira em que pese essa classificação vem sendo feita em outros Estados por meio dos organismos ambientais.

Eu fui fazer uma checagem e o Estado do Pará mesmo faz a classificação por meio da Secretaria do Meio Ambiente. E aqui o Secretário Alexander Maia deu uma boa notícia: de que, agora, será feito pela SEMA e pelo INDEA. Tem que simplificar a vida das pessoas. Isso tinha que ser feito só pela SEMA. É como a Deputada Luciane Bezerra disse aqui: diminuir essa quantidade de essência. É muito! Tem cidadão que se perde com esses tipos de essências. É angelim não sei o que lá; é angelim não sei o que lá; é angelim não sei o que lá. E inventam mais angelim. Esses dias inventaram uma nova essência para a massaranduba, prenderam o caminhão e foi um Deus nos acuda. Então, é isso que nós temos que eliminar. Infelizmente!

Com relação ao procedimento de polícia, eu não acho que a Polícia Federal seja culpada. O culpado é quem manda a Polícia Federal. O culpado é quem manda a Polícia Federal.

Eu lhes confesso que uma das questões que me deixou muito chateado com relação à política foi as pessoas se empenharem pelo ouvido. Eu vi na campanha: eu estava determinado a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

votar no José Serra, mas mudei o meu voto só porque o Serra disse que iria impedir a extração da madeira na Amazônia, imperado por meia dúzia de burocratas que nem sabem o que é extração de madeira. Colocaram na cabeça dele que a extração da madeira era ruim para o meio ambiente.

Eu mandei para ele um artigo e algumas informações sobre a extração da madeira na Amazônia, como ela se comportava. Ele me mandou um de volta dizendo que eu estava mal informado, que ele estava recebendo informações de pessoas de Mato Grosso. E citou os nomes. Eram todos ligados ao Ministério Público Federal. Todos!

Então, Deputada Luciane Bezerra, me desculpe, mas muitas dessas pessoas vieram aqui atrapalhar a nossa vida e pousam de bonzinhos São os paladinos da moralidade e nós é que pagamos para isso.

Eu disse ao Governador Silval Barbosa: Deus não dá asa para cobra. Se um dia eu for Governador, para cada Policial Federal que eles mandarem para cá, eu mandarei dois militares ficarem na cola dele. Se ele prender um cara arbitrariamente, eu o prenderei, também. Ele é um cidadão como nós!

O que a Polícia de Mato Grosso tem que fazer? Tem que resguardar os direitos do cidadão mato-grossense.

Então, o erro é nosso, também! Quando vier a Polícia Federal para cá, que venha a Polícia Militar junto; que venha o Estado junto, Cel. Maia.

Quando eu falo que venha o Estado não é para fazer represália. É porque se nós temos uma gestão florestal que foi transferida para Mato Grosso por Termo de Cooperação, não pode o IBAMA vir aqui sem pedir ordem para o Estado. Não pode!

Então, é com isso que nós temos que acabar: Ou o Governador Silval Barbosa dá uma tapa na mesa e um basta nisso, caso contrário, vocês continuarão - desculpe a expressão - de quatro pés. Toda vez que vem uma sirene de Polícia, o cidadão de bem, que é trabalhador, que não roubou, não matou, está ameaçado. É missão nossa tentar coibir esse tipo de coisa.

A quem vocês creditaram essa tarefa? Não foi aos governantes que elegeram? Não foi aos Federais, aos Estaduais, aos Senadores? Foi! São eles, então, que têm que proteger o direito do cidadão! É lógico que sim!

Olha o absurdo que eu ouvi aqui, hoje: os barcos que transitavam pelo rio ou até parados foram presos, porque é uma área de reserva. Ora, você pesca dentro de qualquer área de reserva, de área indígena, de RESECs, de tudo, com a mesma legislação para qualquer local. Aqui, nesta região, lá em Colniza, é proibido trafegar no rio, porque criamos uma reserva.

Ora, esses são os absurdos com os quais não podemos mais conviver. Se não dermos um basta nisso, a tendência é piorar.

Nós, Secretário, ainda, temos o problema de estrada, que é grave. O madeireiro, a cada ano que passa, investe mais. Eu conheço madeireiro que quebrou abrindo estrada. Nós tínhamos que fazer um busto para esses madeireiros que ajudaram abrir as estradas de Juara para cá, senão, nem aqui nós chegaríamos. Essa é a realidade. E o setor madeireiro contribuiu muito para o desenvolvimento desta região.

Eu, às vezes, faço esses desabafos, porque a cada dia a esta região eu volto e falo com o Secretário Maia, falo com o Governador, falo com quem eu acho que deve, pedindo socorro. E quando eu peço socorro não peço só para o madeireiro.

Eu quero até fazer um teste, levante a mão aí quem é madeireiro, por favor. Levante a mão aí quem é funcionário do setor madeireiro.

(PLATEIA LEVANTA A MÃO)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

O SR. RIVA - Pois é, eu peço por esses que nem aqui estão, Secretário

A grande realidade é que esses dias eu tive um amigo que ligou de Colniza, que começaram a acontecer os assaltos. O desespero do cidadão sem emprego. Eu pergunto: Aonde foram os mais de duzentos funcionários que o Ednilson demitiu? Onde estão? Com certeza, estão em algum lugar, talvez na rua, a procura de emprego. Esse é o nosso desespero.

Então, é válida esta Audiência Pública, Deputado Luciane Bezerra, principalmente se nós sairmos convictos de uma coisa: Cada um fazer a sua parte. E eles podem muito pouco, porque a parte deles já tem feita, que é acreditar na região e investir nela.

Muito obrigado e boa Audiência Pública! (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Com a palavra, o Coronel Alexandre Torres Maia, Secretário de Meio Ambiente - SEMA.

O SR. ALEXANDRE TORRES MAIA - Senhoras e senhores de Aripuanã, muito boa-noite!

Para economizar os meus três minutos, eu gostaria de cumprimentar, de maneira especial a Deputada Luciane Bezerra, que teve a iniciativa de propor esta Audiência Pública; que nos dá a oportunidade de estarmos aqui falando um pouco sobre o desenvolvimento do nosso Estado; que está intimamente ligada as nossas questões ambientais.

Agradeço ao Deputado Riva, Presidente da Assembleia Legislativa, pela forma solícita como conduziu os senhores Deputados à aprovação deste momento; em seu nome, cumprimento todos os Parlamentares presentes: o Deputado Dilmar Dal Bosco, o Deputado Airton Português.

Cumprimento o povo de Aripuanã e as demais autoridades que conosco compõe esta seleta mesa; em nome do Prefeito Beto, que tem sido uma figura constante, uma pessoa muito grata, muito bem-vinda todas as vezes que está conosco lá em Cuiabá, que não são poucos, lutando pelos interesses desta cidade.

Muito obrigado pela sua ajuda. Em seu nome, cumprimento toda nossa sociedade desta maravilhosa cidade.

Senhoras e senhores, eu brigava com o Prefeito Beto, entre aspas, comentávamos ainda agora, quando me dizia: “Secretário, as pessoas estão aqui para te ouvir, para saber o que a SEMA vai falar quanto ao desenvolvimento do nosso Estado.”

Eu dizia: Pois, Prefeito, eu estou aqui para ouvir as reclamações do povo de Aripuanã, porque eu tenho certeza que são muitas e os senhores não têm a oportunidade de estar todo dia conosco lá em Cuiabá; os senhores não têm a oportunidade de, de vez em quando, pelo menos pegarem o telefone para dizer. “Secretário, as coisas não estão andando.”

Foi por isso, Deputada Luciene Bezerra, sem dúvida alguma, que eu fiz questão absolutíssima de estar presente nesta Cidade, não para ouvir elogios a nossa Secretaria, porque eu sei, como disse muito bem o Deputado Riva que estamos ainda aquém daquilo que nós gostaríamos, estamos muito longe do serviço que gostaríamos de oferecer à sociedade do nosso Estado. Mas eu vim aqui dizer para os senhores que temos feito um esforço sobre-humano para conseguir algumas respostas positivas.

Recebi de Deus a benção e a oportunidade de durante seis anos estar chefiando o gabinete do ex-Governador Blairo Maggi numa oportunidade em que comecei a tomar gosto e contato pelas questões ambientais do nosso Estado. Estive defendendo a produção do Estado de Mato Grosso; estive defendendo o gado; estive defendendo o alimento; estive defendendo a madeira

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

do Estado em vários Estados do Brasil e, também, em alguns países do mundo. E ali nós dizíamos a forma responsável como temos crescido esses 10% comentado pelo Deputado Riva há pouco aqui.

Somos um povo ordeiro que, na sua infinita maioria, busca a legalidade nas suas ações, mas nem sempre, enquanto Estado, podemos dar essas respostas adequadas.

O Sr. Geraldo, que tem estado várias vezes conosco lá em Cuiabá, disse há pouco...

Quero agradecer-lo, Geraldo, pelas informações que nos leva sempre. Embora não estejamos sempre aqui, em Aripuanã, vocês podem ter certeza que vocês estão muito bem representados.

Eu realmente fico angustiado cada vez que recebo alguém de Aripuanã, cada vez que temos alguém do setor de base florestal dizendo que quer trabalhar e não pode porque a nossa Secretaria não deu as respostas adequadas. Nós temos, como eu disse, feito um esforço grande.

Deputado Dilmar Dal Bosco, na Secretaria do Meio Ambiente, no ano de 2005, éramos apenas e tão-somente 230 servidores, hoje já passamos de 900 servidores. Mas é claro que com a gestão ambiental e outras funções, que nós acabamos ficando responsáveis por elas, também aumentou o nosso trabalho. E esses 900 servidores estão distribuídos em diversas atividades e atividades que muito nos interessam.

A Superintendência de Gestão Florestal é hoje a que conta com o maior número de servidores dentro da Secretaria.

Nós temos mais de duzentos colaboradores diretamente ligados às questões de base florestal, os outros setecentos se espalham nas muitas outras Superintendências e, também, nas nossas onze unidades regionais, como as de Juína. Temos aqui presente a nossa Diretora Jovita, a quem cumprimento de maneira muito especial; o Ernesto, que os senhores bem conhecem, o nosso Diretor Regional de Aripuanã, a quem saúdo de maneira muito especial.

Com base nisso, senhores, nós sabemos dos desafios que temos.

Quero apenas fazer uma pequena retrospectiva para que os senhores entendam o significado dos números que temos para mostrar hoje. Esses meses que nós temos passado diretamente à frente da gestão ambiental do nosso Estado não tem sido muito fáceis.

Um mês depois de convidado para assumir a Secretaria junto com o Governador Silval Barbosa, sofremos a Operação da Polícia Federal, que os senhores conhecem muito bem, Jurupari, que fez, sem dúvida alguma, com que um clima de instabilidade se estabelecesse dentro da nossa Secretaria.

Imaginem os senhores o que é acordar o nosso servidor - eu tenho aqui alguns colaboradores conosco, como o meu Coordenador de Fiscalização, por exemplo, o Elias...

Fique em pé, por favor, Elias, para que as pessoas possam te conhecer e saberem quem que é libera as vistorias a serem feitas nas nossas propriedades.

Então, eu compartilho com os senhores a angústia desses colaboradores que vão dormir à noite sem saber se, por conta de uma interpretação errada que alguém fez da Legislação, que é complexa - há pouco, Vossa Excelência, Presidente, nos brindou com algumas informações sobre a Legislação Ambiental que, sem dúvida alguma, é a mais severa do mundo - no dia seguinte não vai ser visitado pela Polícia Federal por conta dessa interpretação.

Então, senhores, não é nada fácil trabalhar dentro do nosso setor de Gestão Florestal do nosso Estado. Mesmo assim, nós temos ali, como eu disse, duzentos valorosos colaboradores que têm se desdobrado. E hoje nós temos feito um esforço um pouco maior. Eu vou

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

comentar sobre isso daqui a pouco para que os senhores saibam daquilo que estamos tentando fazer na Secretaria.

Mas, enfim, o nosso orçamento.

Eu mostrava hoje ao Governador Silval Barbosa que há apenas cinco anos, Deputado Dilmar Dal Bosco, nós tínhamos um orçamento - falo apenas cinco anos atrás, 2006/2007 - de quarenta milhões de reais na Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Hoje, o nosso orçamento passa dos oitenta e cinco milhões de reais. Ou seja, perdemos aí, se deixarmos de fora as Secretarias que têm verbas constitucionais, como, por exemplo, a Educação, a Saúde e a própria Segurança Pública, pela sua importância, estamos colocados entre a terceira ou quarta Secretaria que detém o maior orçamento do Estado de Mato Grosso. Isso mostra a responsabilidade com que o nosso Governo, com que o Governador Silval Barbosa vem investindo nas questões ambientais, vem aparelhando as nossas Secretarias, vem fazendo com que as coisas aconteçam.

Mas, não satisfeitos com a Operação da Polícia Federal, depois tivemos uma força-tarefa nos meses de setembro e outubro para que os senhores pudessem trabalhar - hoje comentávamos sobre isso ainda agora, Guilherme, sobre a força-tarefa desenvolvida pelos apelos dos representantes dos senhores lá em Cuiabá -, quando no mês de novembro mais de setenta servidores, desses duzentos que nós tínhamos na Gestão Florestal, pela sua condição de contratados temporariamente, Prefeita Neuci Capitani, Vossa Excelência como gestora pública sabe muito bem como é severa a nossa legislação no que diz respeito à contratação dos nossos servidores, fomos obrigados a dispensá-los. Uma nova contratação de cem servidores de carreira, com servidores efetivos estava sendo providenciada.

Mas, senhores, a minha angústia é tão grande quanto a dos senhores. E, pasmem, a nossa legislação, a legislação que é votada no Congresso Nacional - o senhor falava sobre a parte ambiental e eu falo agora sobre a parte trabalhista - ela permite que o nosso servidor público, depois de aprovado num concurso, quando do seu chamamento, tem até dois meses para se apresentar no órgão de origem. Ele foi chamado no início de dezembro, mas a maioria deles foi se apresentar em janeiro, final de janeiro, início de fevereiro, para os treinamentos.

Nesse período, é obvio que nós tivemos dificuldades no setor, é obvio que nós diminuimos as vistorias, Elias, é obvio que conseqüentemente os senhores tiveram menos plano de manejo para trabalhar, por conta, infelizmente, do cumprimento da legislação. Esses mesmo cem servidores, dois ou três meses após, já no mês de maio, somado com outro grupo da Secretaria, em busca de melhores salários - o que é digno, os Deputados têm nos ajudado bastante nessa condução -, em busca dessa melhoria, acabaram optando pelo sistema de greve, pelo sistema de afastamento das suas funções, que os senhores aqui, como empresários, acabam conhecendo bem também e nós sofremos, ainda que parcialmente, uma redução também na nossa produtividade. Digo parcialmente porque a grande maioria dos nossos analistas esteve apostos. Eu tinha cerca de 85% da Secretaria trabalhando nesse período. A Gestão Florestal sofria um pouco mais, porque nós temos uma linha de produção na Gestão Florestal. Num determinado setor nós tivemos um problema um pouco mais considerável, mas não deixa de ter sido importante esse momento.

Eu compartilho isso com os senhores, não para que os senhores fiquem com pena da nossa Secretaria, muito menos com pena de mim. O que o Secretário está fazendo lá? Podia estar fazendo em outro local. Mas eu tenho prazer, digo isso todos os dias na Secretaria, eu tenho prazer de acordar pela manhã entrar no meu veículo para chegar à Secretaria para trabalhar. Gosto do que faço.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

Os senhores podem ter certeza que quem está à frente da Gestão Ambiental do Estado tem determinação para fazer com que as pessoas possam ser motivadas para trabalhar, tem determinação porque gosta daquilo que faz e conhece muito bem a responsabilidade que tem representando os senhores, para que os senhores possam produzir, gerando empregos em nosso Estado, gerando renda em nosso Estado, porque o meu salário vem do bolso dos senhores há vinte e um anos - há vinte e um anos o meu salário.

Criei os meus quatro filhos com o meu salário de servidor público estadual, que vem do bolso dos senhores, e eu tenho todo o respeito do mundo pelo que os senhores têm feito pelo crescimento do Estado de Mato Grosso.

Saio daqui hoje - e eu fiz questão de vir trazer este recado para os senhores - deixando com os senhores a informação de que temos instalada uma força-tarefa na Secretaria e estamos dando na Gestão Florestal 100% de atenção ao Setor de Base Florestal.

O Setor de Base Florestal, desde que eu ocupava outras funções, já me preocupava bastante, até porque percebo, Presidente Riva e Deputada Luciane Bezerra, que em dado momento acabamos privilegiando um pouco mais do setor agropecuário, tanto em termo de legislação como em termos outras providências, Deputado Dilmar Dal Bosco, do que o setor de base florestal, a exemplo, do CAR. Nós temos um Cadastro Ambiental Rural que não serve para os senhores madeireiros, não serve para aqueles que atuam no setor de base florestal, por conta dos impedimentos da nossa legislação nacional.

A primeira coisa que fizemos depois de assumir a Secretaria, trinta dias depois, foi chamar atenção do Governador para essa nossa dívida com o Setor de Base Florestal. E ele me autorizou, então, a ter conosco, ocupando até recentemente a função de Secretário-Adjunto na nossa Secretaria alguém ligado ao CIPEM, alguém ligado ao setor de base florestal, que era justamente o Júlio, que deu a sua colaboração para que tivéssemos principalmente segurança, segurança para que outras operações não aconteçam.

Eu não posso impedir que outras operações aconteçam. O Pacto Federativo mostra muito bem quais são as nossas responsabilidades enquanto Estado e quais são as responsabilidades da União. Então, eu não posso impedir que essas operações aconteçam no Estado. Posso e devo acompanhá-las, sem dúvida alguma, e é isso que nós temos cobrado, até por sermos colegas de trabalho também dos companheiros da Polícia Federal e é esse o relacionamento que temos estreitado com o IBAMA, que, quero crer, vai gerar um futuro muito diferente desse que nós vivemos, onde alguns, vamos dizer, espetáculos foram feitos no Estado de Mato Grosso e nenhum de nós quer que isso se repita. É esse trabalho que nós temos feito à frente da Secretaria.

A nossa intenção é que nós próximos dias - temos aí trinta dias, Sr. Geraldo, mais ou menos - não venhamos a perder a nossa safra. Nossa equipe sabe disso, nossa equipe está consciente disso. Fiz inclusive questão de trazê-los para ouvir os senhores também e a nossa proposta é que nesses próximos 30 dias possamos fazer uma avaliação, um trabalho muito minucioso nos nossos planos de manejo, mas também uma liberação recorde a fim de que os senhores possam garantir que tenhamos empregos aqui na nossa região Noroeste do Estado de Mato Grosso, a fim de garantir de que os senhores estarão ajudando no crescimento do Estado e que pelo menos até o próximo ano, quando pretendemos fazer um trabalho diferente de gestão na Secretaria, quero crer que vamos conseguir trabalhar, que não teremos mais operações que venham atrapalhar o nosso dia-a-dia, que não teremos mais uma queimada imensa como nós tivemos no ano passado, atrapalhando o nosso dia-a-dia, não teremos mais as greves, que infelizmente aconteceram, enfim,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

teremos um horizonte diferente para trabalhar em prol dos senhores para o povo do Estado de Mato Grosso.

E eu vou dizer que neste trabalho a minha intenção em particular, Deputado Airton Português, não é trazer mais servidores para a Secretaria, não, embora seja necessário. Acho que neste momento, mais importante do que trazer alguns servidores, devemos rever alguns dos nossos conceitos, fazer um trabalho interno, em muita parceria com a Assembleia Legislativa em especial, para que possamos modificar as legislações que podemos modificar para destravar o setor.

Então, o Deputado Riva falava comigo hoje no nosso trajeto de Cuiabá para cá, e sem dúvida alguma, enquanto Governo do Estado somos parceiros da Assembleia Legislativa para promover essas mudanças, porque tanto o Governo do Estado como a Assembleia Legislativa só tem uma razão de existir, representar o povo do nosso Estado e trabalhar em prol do povo do nosso Estado. É isso que garante, então, o sucesso das nossas parcerias e queremos apresentar à sociedade algumas dessas mudanças ainda num futuro muito próximo, porque não adianta em nada virmos aqui em Aripuanã, prometer, falar das mudanças que queremos implementar, do que pode vir pela frente de positivo para o nosso Estado, se não voltarmos a Cuiabá e não fizermos acontecer efetivamente. É por isso que eu gosto muito de receber as visitas dos senhores lá, gosto muito de receber os seus representantes lá em Cuiabá, porque nos cobram as nossas ações e nos ajudam a trabalhar realmente em prol dos senhores.

Então, gente, eu quero com isso dizer da preocupação do Governador Silval Barbosa. Falei com ele hoje de manhã me reportando a nossa viagem. Ele já sabia que nós estaríamos aqui, mas ele fez questão de pedir que eu trouxesse - além do abraço do Governador - a sua preocupação com o setor, a determinação do Governador Silval Barbosa para que nós tenhamos uma mudança, realmente, na nossa gestão ambiental, que possa acompanhar e dar base de maneira mais efetiva para o crescimento do nosso Estado. Ele me perguntava, por exemplo: “Maia, existe alguma coisa que atrapalha o seu trabalho na Secretaria? Existe alguém que atrapalha o seu trabalho na Secretaria?”.

E, eu mais uma vez o fiz recordar que o único compromisso que ele fez com que eu assumisse ao aceitar o desafio prazeroso de estar à frente da Gestão Ambiental do nosso Estado, era de produzir em prol dos senhores e era trabalhar em prol da sociedade deste Estado. Nunca recebi a indicação de seja quem quer que seja para que estivesse trabalhando conosco que não tivesse adequado ao nosso sistema de trabalho. Nunca recebi um pedido sequer que não fosse o de aumentar ainda mais a nossa produtividade, para que nós não chegássemos no interior e tivéssemos o desprazer, eu conheço bastante o interior do nosso Estado, eu tenho a satisfação de ter estado em cento e trinta e nove municípios, apenas doze municípios eu não conheço no Estado de Mato Grosso. Em todas as localidades que nós estivemos, eu falo sempre isso com a minha equipe, não é possível que nós chequemos lá, que tenhamos aqui uma equipe tão determinada, mas que cheguemos nos municípios e não conseguirmos ver com satisfação o esforço que fazemos lá em Cuiabá para atender a sociedade, pelo menos, no que diz respeito à questão ambiental. Eu reconheço isso, porque tenho ouvido isso de canto a canto no Estado de Mato Grosso e é essa realidade que eu quero modificar, senhores.

Eu agradeço o Presidente Riva por suas considerações. Tenho certeza absoluta que não sou incompetente e não trabalho com pessoas incompetentes. Eu quero acreditar que é justamente do esforço das nossas ideias, é justamente da nossa determinação em conjunto, semanalmente, se tem que estar lá dentro da SEMA acompanhando tudo que estamos fazendo e é dessa forma que eu quero conduzir a política ambiental deste Estado junto com o Governador Silval

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

Barbosa. É com a participação da sociedade que sabe onde estão os nossos gargalos, que podem apontar como ninguém as melhores soluções.

Então, senhores, junto com a nossa satisfação de estar aqui, eu trago também, ainda que temporário, o nosso pedido de desculpas, meu e do Governador Silval Barbosa, porque nós sabemos, estamos aquém de suas expectativas. Mas, nós queremos que os senhores saindo daqui hoje com a certeza que nós estaremos nos virando em quatro, fazendo diferença para este Estado, , porque não é possível que nós tenhamos mais famílias sem emprego, não é possível que nós tenhamos dificuldades nos nossos municípios, Prefeito Beto Torremocha, por conta de algumas burocracias que nós temos obrigação de vencer.

Por enquanto, fica o meu agradecimento e o meu pedido de desculpa para os senhores, eu quero ouvir quais são as suas manifestações porque é justamente as suas manifestações que nós vamos ter as melhores soluções para o nosso dia a dia.

Muito obrigado a todos. (PALMAS).

O SR. RIVA - Secretário, eu queria, em seguida, antes de Vossa Excelência... permita-me usar um expediente Parlamentar, fazer um aparte, pedir licença à Presidente da Mesa, nós tivemos uma conversa na SEMA, onde aqui no escritório regional, onde Vossa Excelência colocou algumas mudanças que teve nas últimas duas semanas. Durante uma parte da sua palestra não ouvi atentamente Vossa Excelência falar sobre segurança que eu achei que é significativa para fazer o setor andar, principalmente quando Vossa Excelência disse que nesses quinze dias de agosto, quinze dias de setembro iria fazer um mutirão concentrando nas LAUs de Projetos de Manejo e nos Manejos da região, principalmente de Aripuanã, Colniza, Vossa Excelência citou Marcelândia mas nós sabemos que têm outras cidades com base florestal forte, mas os maiores problemas estão nesses três municípios. Eu queria que Vossa Excelência falasse um pouco sobre isso, inclusive sobre a prioridade no trato a essas questões da LAU. A grande verdade é que o entrave de tudo acaba sendo a LAU, e o Estado, a capacidade do Estado em liberar a LAU por ano é muito pequena. Então, se ele não concentrar nessas que têm Plano de Manejo, acaba comprometendo os manejos. Então, aquela conversa eu achei que foi muito produtiva e gostaria que Vossa Excelência colocasse sobre isso.

O SR. ALEXANDER TORRES MAIA - Muito obrigado, Presidente Riva, pela lembrança.

Então, apenas a título de informação, acabei me esquecendo de fazer alguns informes importantes.

Primeiro: nós trouxemos junto conosco alguns Processos protocolados pelos senhores lá em Cuiabá, cerca de sessenta Processos, existem Ofício de Pendência, existem Planos de Manejo já liberados e que estão aqui também, o nosso colaborador Cesar, que está ali atrás, aquele jovem simpático que está ali atrás, ele tem uma pasta com ele para os interessados que por ventura estejam aqui, hoje, à noite, trouxemos conosco, então, para evitar a sua ida até Cuiabá. Se você tem algum Processo protocolado na SEMA, por gentileza, procure o Cesar, o Elias estará junto, se o seu Processo não estiver aqui com ele, onde você receberá a sua cópia, o Elias levará a informação para Cuiabá e amanhã mesmo os senhores receberão uma ligação dizendo em que estágio, dentro da Secretaria, está a liberação do Processo, do seu pleito, daquilo que está sendo ali solicitado pelos senhores.

Com relação a essas implementações que o Deputado Riva nos lembra, e quanto a uma delas, eu disse aos senhores, nos próximos dias a nossa gestão florestal vai estar voltada exclusivamente para o setor madeireiro do nosso Estado, para o segmento de base florestal e nós estaremos, então, trabalhando tão somente em Licenças Ambientais Únicas que estejam ligadas a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

Planos de Manejo. E outros Planos de Manejo que estão para vistorias, a fim de que possamos cumprir aquele nosso objetivo aí de produção recorde entre os meses de agosto e 15 de setembro aproximadamente.

Para isso nós também já conseguimos implementar uma pequena modificação, pequena na sua ação, mas muito grande no seu conceito. Um dos entraves que nós identificamos nos processos que os senhores nos protocolam são os ofícios de pendência. Nós informamos para os senhores as pendências dos seus processos. Quando o senhor protocolava a sua pendência de volta, isso era feito no protocolo central e levava cerca de três, quatro dias para chegar até para a gestão florestal, e ali mais outros mais três ou quatro dias para ser distribuído para quem de direito.

Hoje nós temos um protocolo específico para as suas pendências. Elas não vai mais para a vala comum. O senhor faz esse protocolo e, se o engenheiro já sabe disso, o Guilherme já experimentou isso lá e estivemos conversando isso hoje, ele pode ir direto até a Gestão Florestal protocolar a sua pendência. Alguém vai pegar a sua pendência e vai imediatamente inserir em seu processo para que ele comece a andar novamente.

Nós já temos bons resultados com relação a isso. E eu tenho certeza absoluta de que essas pequenas modificações vão surtir os efeitos necessários.

Num trabalho de segundo tempo, hoje temos alguns servidores que estão ligados à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e que estão no INTERMAT, nós precisamos fazer uma mudança na nossa legislação no que diz respeito à forma como nós fazemos a exigência dos documentos, que acabam sendo obrigação nossa por conta da legislação nacional, sem dúvida alguma, mas que pode ser flexibilizada.

Então, nós temos o desafio, Governo do Estado e a Assembleia Legislativa, de podermos rever essa legislação, alterar os prazos que precisam ser alterados. E já me propus inclusive com o Presidente Riva. Se necessário for, vou deslocar algumas pessoas da SEMA que estão em outros setores e não na nossa gestão florestal para que possam passar a prestar os seus serviços no INTERMAT, para que, dessa forma, nós tenhamos a garantia de que os processos ligados ao setor produtivo do nosso Estado, ligados às pendências de documentação, no que diz respeito, principalmente, àquelas certidões de legitimidade de origem e outras que pautam para a LAU possam ser feitos com mais rapidez no INTERMAT também.

Como eu disse são pequenas medidas, mas, com certeza, vão gerar grandes resultados e são medidas que foram implementadas justamente com base nas conversas, nas observações e na parceria que nós temos estabelecido, tanto com o setor produtivo como com a Assembleia Legislativa, enfim, com as pessoas interessadas no crescimento sustentado do nosso Estado. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Eu falei no início, mas só reforçando que as inscrições estão abertas. Se alguém quiser fazer uso da palavra, o pessoal da Assembleia Legislativa vai passar para fazer as inscrições. Só têm duas autoridades para falar e depois vamos abrir ao debate.

E, nessa colocação que o Secretário Maia fez, uma das preocupações, logo no início, quando a SEMA entrou em greve, foi justamente o setor madeireiro, porque nós sabíamos que era a época em que todos estavam esperando o manejo para começar a trabalhar.

E, numa das conversas com o Governador, ele se sensibilizou com esse pedido, uma cobrança nossa, para que desse prioridade a esse setor, para que olhasse para o setor com carinho, que era época... Hoje, um dia, uma semana, um mês, então, o madeireiro já está com a corda

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

no pescoço. E quando o Secretário Maia se refere a essas mudanças que já aconteceram na SEMA, nós estamos vendo esses reflexos, Secretário Maia, mas ainda é pouco, ainda é muito pouco.

Uma das coisas que é constante, que nós escutamos dos madeireiros, é em relação a essas pendências. Justamente por esse clima que Vossa Excelência colocou aqui, dos funcionários, pela perseguição, por essa tensão toda, hoje, em cima da SEMA, é que nós sabemos que eles trabalham sob tensão, eles têm medo, muitas vezes, até de assinar o que o outro colega fez. E isso é onde prejudica muito o andamento desses manejos, dessas licenças, porque quando você protocola uma pendência, muitas vezes eles voltam lá atrás, porque ele não confia no que o outro colega fez. Então, se Vossa Excelência conseguir mudar isso dentro da SEMA, dar uma segurança aos seus funcionários, aos seus técnicos, que nós sabemos da capacidade que todos eles têm, mas o medo é muito grande, a incerteza de amanhã é muito grande para eles. Se conseguirmos trabalhar com ele em parceria para que eles adiantem essas pendências, já seria muito bom para o setor.

Então, eu gostaria assim... Hoje nós estamos aqui, sabemos muito da reclamação de vocês. Mas eu gostaria muito que vocês interagissem conosco, que fizessem as suas perguntas, dessem as suas sugestões, para que termos realmente uma Audiência Pública produtiva. Porque simplesmente hoje nós saímos daqui com fala minha, do Deputado, do Secretário, dos colegas, Prefeito, isso não surte tanto efeito quanto nós levarmos sugestões dos produtores. São vocês que farão o sucesso desta Audiência Pública.

Então, gostaria agora de chamar o Jonil Vital de Souza, Coordenador do Núcleo de Pesquisa Econômica Aplicada, da Secretaria de Fazenda, representante da SEFAZ.

O SR. JONIL VITAL DE SOUZA - Senhoras e Senhores, boa-noite!

Meu reconhecimento, principalmente, à iniciativa da Deputada Luciane Bezerra; cumprimento o Deputado Riva e todos os presentes.

Trago uma saudação do Secretário que me designou para participar desta Audiência Pública e ouvir tudo. Em função da solicitação da assessoria da Deputada, nos baseamos praticamente a explorar o tema da questão da Pauta. Temos alguns *slides* que vamos apresentar rapidamente e ficaremos à disposição caso haja algum questionamento.

A situação da Pauta basicamente é utilizada para base de cálculo para tributação. Ela é feita conforme determinação que nós temos não só da Secretaria de Fazenda, mas vinculada à questão do CONFAZ, do COTEPE, onde a questão da pauta é definida em função de variação de preço praticado no mercado.

Quando acontece as adequações na lista, as atualizações desse preço de Pauta a norma sempre é conversar com os sindicatos. Ultimamente, com o advento do CIPEM, o CIPEM sempre se pronuncia quando da proposta de adequação da Pauta. A Pauta necessariamente não significa sempre aumento, ela é uma variação. Então, caso aconteça uma variação, uma queda de preço, isso também é refletido.

Em função da fala de alguns dos presentes, eu gostaria de comentar justamente a situação que se reclama muito da Pauta em função da diferença existente na região de Rondônia e Pará. É uma situação que realmente identificamos, existe um preço diferenciado de Pauta.

Se formos estender mais na conversa isso aí, basicamente, também acontece em função da guerra que acontece entre os estados, a guerra fiscal em outras situações. Cada estado tem alguns interesses específicos, necessariamente não é interesse do setor, infelizmente. No caso de Mato Grosso, realmente, o nosso preço de Pauta está acima do preço de Pauta praticado em Rondônia e Pará, contudo ele está abaixo do preço de mercado. Mesmo naqueles estados que na

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

pesquisa que nós fizemos, mesmo se o material não for apresentado, os dados irão ficar com vocês para qualquer questionamento.

Então, em algumas variedades o preço de mercado praticado em Rondônia e Pará é até acima do nosso. O que acontece é que nesse caso os estados não colocam isso em nível de preço de pauta. De qualquer forma, reiteramos o compromisso da Secretaria de Fazenda, do Secretário Edmilson José dos Santos, que estaremos sempre prontos e dispostos a conversar com o setor, como temos feito periodicamente no sentido de busca de uma solução, digamos, que seja mais importante para o setor.

Foi lembrado aqui que talvez não seja só a questão da pauta, os problemas que envolve segmentos são muito maiores.

Foi bem lembrado por um dos palestrantes que me antecedeu, a questão de um tratamento prioritário do setor, em nível de PRODEIC, em nível de algum incentivo fiscal. Sabemos da importância do segmento e de forma alguma a Secretaria de Fazenda seria insensível a um setor, como foi lembrado por um colega do CIPEM, emprega direta e indiretamente cento e sessenta mil trabalhadores.

Algumas informações gerais: no cadastro nosso da Secretaria de Fazenda, consta cerca de quatro mil empresas nesse segmento, a arrecadação prevista para este ano, do setor, está em torno de setenta e cinco, oitenta milhões de reais; das quatro mil empresas ativas no setor, nós temos cerca da metade dela optantes pelo Simples Nacional. Então, já tem uma tributação, digamos assim, com uma carga bem reduzida de ICMS, cerca de 3% só de ICMS que seria a carga aplicada e não 12% que acontecem nas operações interestaduais.

Fica, da nossa parte, o compromisso em contato diretamente com a assessoria onde eu trabalho, que cuida da questão da Pauta e também, conforme o Deputado lembrou, muitas vezes a questão da adequação da legislação.

De forma geral, os *slides* demonstrarão parte do comentário que eu já fiz.

A Lista de Preços Mínimos, elaborada pela SEFAZ, tem por objetivo geral garantir a justiça tributária, incentivar e proteger a empresa estabelecida no Estado face a concorrência com as demais empresa do País e minimizar os subfaturamentos das Notas Fiscais.

Ultimamente, com a Nota Fiscal Eletrônica, a questão de subfaturamento tem sido bastante coibida.

Metodologia:

Estabelecida a Lista de Preços Mínimos (Pauta da Madeira) a Secretaria realiza pesquisa de preço e também discutimos a visão que o CIPEM tem do setor.

O último reajuste proposto pela Secretaria de Fazenda é de 7%, de forma linear, mas após uma conversa com o CIPEM foi decidido um reajuste pela metade dessa variação, ficou em torno de 3,5%.

Ali estão elencados os principais tipos de madeiras pesquisadas pela nossa equipe.

Dispositivos Legais.

Nós temos, como eu lembrei há pouco, um Convênio ICMS 70/97 e na cláusula 4ª, § 1º diz que: “a Pauta deve refletir o preço de mercado.”.

Somente uma lembrança: Nos municípios como Aripuanã o preço de Pauta praticado em função de reivindicação do setor há algum tempo no Estado para cobrança de ICMS na região do Aripuanã é 10% abaixo do preço geral de outras regiões do Estado.

Essas são as principais espécies que nós temos para demonstrar a vocês. Realmente, ali nós verificamos uma diferença de comparação de preço entre o Pará, Rondônia e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

Mato Grosso. Mato Grosso, na terceira coluna, está com uma variação realmente acima. No quadro abaixo nós temos os preços praticados. Essa pesquisa foi feita na semana passada. Após contato com a assessoria da Deputada Luciane Bezerra nós buscamos saber os preços reais praticados.

Então, o que acontece? Os nossos preços em algumas espécies são, inclusive, menores, contudo, a questão daqueles Estados é que eles não aplicam na íntegra o preço praticado.

Comparação de Pauta Fiscal: No caso do Pará, ele usa 54% do preço na espécie jatobá para cobrar como Pauta e no nosso caso 90%.

A situação...

Nós, também, já entramos em contato, a Secretaria de Fazenda já fez alguns contatos com as Secretarias do Pará e de Rondônia no sentido de nós ajustarmos um preço. Está sendo uma conversação não muito fácil, porque os interesses são distintos. Mas, de qualquer forma, nós vislumbramos a possibilidade de uma composição no sentido de diminuir essa distância de Pauta praticada pelos Estados.

Essas pesquisas foram feitas pela ESALQ/USP. São demonstrativos que aqueles Estados não aplicam na questão da Pauta o preço total de mercado.

Como eu tinha antecipado, nós tínhamos perto de quinze mil empresas que já existiam no Cadastro da Secretaria, contudo, o número de empresas ativas é 4.096. Dessas nós temos como optantes do Simples praticamente a metade, ou seja, 2.032 empresas e as demais são empresas não optantes do Simples.

Essa é a curva de arrecadação esperada. Realmente, nós vemos que o setor já teve uma arrecadação maior. Esses valores são em termos nominais.

Em 2006, nós tínhamos uma arrecadação de noventa milhões e este ano a previsão é que ela chegue a oitenta e sete milhões.

Essa é a arrecadação do ICMS. Na verdade, um detalhamento.

Nós fazemos alguns acompanhamentos, porque o segmento, além de madeireira, é bem mais amplo e com outras possibilidades de arrecadação.

Não está de boa a visualização, mas, de qualquer de forma, a apresentação ficará à disposição. Qualquer dúvida que surgir estaremos dispostos a colaborar para qualquer elucidação.

Nós temos procurado continuamente aplicar a justa tributação ao setor madeireiro do Estado. O ideal seria realmente que parte dessa madeira fosse beneficiada muito mais aqui, dentro do Estado, de forma realmente, digamos, a agregar maior valor, geração de emprego e, para nós mesmos, para melhoria e ampliação da base tributária.

Era isso que tínhamos a apresentar!

Estamos à disposição! (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Obrigada, Jamil.

Eu já tinha conversado com o Secretário Edmilson e ele já tinha se colocado à disposição para conversar com o CIPEM que representa o setor para ver um modo para que nem o Estado e nem o setor sejam penalizados.

Muito obrigada pela sua apresentação.

Com a palavra, o Sr. Marcos Antônio Couto, Fiscal Estadual de Defesa Agropecuária Florestal, responsável pelo INDEA.

O SR. MARCOS ANTÔNIO COUTO - Boa-noite a todos!

Eu vou pedir para passar um vídeo das atividades desempenhadas pelo INDEA...

Só um minuto!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

São situações em que somos vítimas da modernidade, neste momento, e, também, os servidores do Estado de Mato Grosso.

Neste momento, eu quero cumprimentar a Deputada Luciane Bezerra, o Deputado Riva, todos os membros da mesa e a população.

Eu sei que o setor madeireiro é importante para o nosso Estado, mas, também, há outros fatores relevantes.

Aqui foi destacada a questão dos madeireiros e, também, da população que foi desbravando o nosso Estado.

Só uma curiosidade: Eu quero saber se aqui tem Engenheiros Florestais. Se puderem levantar a mão!

Praticamente, todos conhecem a minha atividade dentro do INDEA ou já solicitaram esse serviço no laboratório.

A atividade de identificação de madeira é baseada em métodos técnicos, científicos, discutidos há muito tempo. Foi relatada aqui a necessidade de diminuir as licenças florestais. Não há necessidade. É só seguir a metodologia.

Eu vou passar ao Deputado Riva um livro que é bom para consulta, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

O Estado de Mato Grosso tem condições de realizar pesquisas boas, também. O setor de fiscalização do INDEA, quando foi comemorado 25 anos, tinha um *cd* comemorativo. Infelizmente, não foi dado prosseguimento ao projeto, mas ele ajudaria a elucidar alguns fatos e algumas divergências que ocorrem no manejo florestal.

Ela conseguiu restaurar o vídeo. Vai passar, apenas, uma atividade filmada pela televisão local, em Juína.

(NESTE MOMENTO É EXIBIDO O VÍDEO.).

O SR. MARCOS ANTÔNIO COUTO - Após essa data, que foi em 2008, eu participei de uma Comissão para Estruturação do Serviço na Identificação de Madeira no INDEA.

Vocês podem notar que a nossa atividade é ampla. Nós temos necessidade de controlar o uso de defensivo agrícola, a devolução da embalagem vazia, acompanhamento de vacina, garantia da sanidade do rebanho. E temos outras atividades importantes, também.

Há necessidade de servidores com função específica, com conhecimento específico, até mesmo, para alertar os nossos amigos engenheiros florestais que, às vezes, cometem alguns transtornos, alguns erros no levantamento das espécies; erros na grafia botânica, troca de nome, de gênero.

Essa preocupação da necessidade da educação - e aqui estão os nossos Deputados que podem fazer esse investimento em educação...

O setor madeireiro, infelizmente, é conhecido por ter particularidade. Há uma necessidade de maior industrialização. Se o produto madeira for beneficiado em nosso Estado, vai aumentar também a arrecadação e não haverá necessidade da identificação da madeira pelo Instituto de Defesa Agropecuário.

Então, soluções são simples de serem resolvidas, é só ter investimento em educação, investimento no setor público para ter retorno à sociedade. Pois o serviço de identificação não é só para controle ambiental ou arrecadação, é também para garantir às futuras gerações os benefícios da floresta, podendo ser usado como remédio ou como qualquer outro subproduto.

Muito obrigado. (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Uma das coisas que eu fui contra na classificação da madeira, foi na criação da Lei quando vincula o transporte. A partir do momento que se coloca essa palavra transporte, aí vem a Legislação Federal e classifica você como um criminoso. É quando o madeireiro, o proprietário da madeira responde processo crime, não tem direito à madeira e recuperá-la é muito difícil. Todo mundo sabe que tem direito, mas é muito difícil recuperar essa madeira e também o transtorno com esse caminhão.

Uma das coisas que eu estudei é tirar o transporte dessa Lei. Não sou contra a classificação, porque é uma maneira que o Estado arrumou de fiscalizar a saída de notas, de ter uma renda, só que sou contra o transporte.

Então, vamos tentar trabalhar num bem comum que permita ao madeireiro só fazer um auto ali, aplique uma multa e deixe continuar o caminho; que o madeireiro entregue a sua madeira na origem e que depois pague a multa; que ele responda judicialmente só pela multa e não colocá-lo como criminoso, respondendo processo crime por causa dessas coisas.

Nós estávamos vendo num livrinho, que estava com o Deputado, que tem mais de dez, vinte espécies de Angelim...

O SR. RIVA - Sessenta e seis.

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Sessenta e seis.

Então, é um absurdo isso! Nós não estamos sendo contrários ao Governo, a metodologia que foi criada, nós só não queremos ser tratados como bandidos, prender o caminhão, pegar a carga e aí, mais uma vez, ficarmos sem defesa.

É isso que eu quero. Sei que muitos vão falar isso aqui, mas aproveitei o gancho.

Marcos, eu sei do trabalho de vocês. O INDEA é reconhecido, é parabenizado o trabalho que vocês fazem, mas só que, infelizmente, na madeira, vocês não têm todo esse respaldo como têm na pecuária.

Gostaria agora de dar início aos debates com os integrantes da plateia, que são os previamente aqui inscritos.

O Volmir, o Bica, representante de Máquinas Benecke.

O SR. VOLMIR SPILMANN - Boa-noite!

Não sou madeireiro, mas, já que consideram madeireiros bandidos, eu vendo a arma, a máquina.

Quero falar um pouco, porque temos contato com madeireiros quase que diariamente e há muitas histórias e muitas dificuldades que esse pessoal encontra para trabalhar. Inclusive, investir em alguma máquina é muito difícil. A minha preocupação também é com a imprensa, principalmente de Cuiabá para lá, porque o que assistimos na televisão é um absurdo. Eles levam isso nos colégios, uma árvore sangrando para a criança dizer que...

Também me estranha muito o Exército estar aqui, em Aripuanã, porque o mesmo Exército que fez a Transamazônica para trazer o pessoal para cá, hoje está quase que levando de volta.

É isso. Muito obrigado. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Essa questão da imprensa foi até um dos assuntos que eu o Secretário Maia estivemos conversando, dias atrás, do Governo investir mais numa imprensa mostrando a realidade hoje do setor produtivo, levando essa bandeira de que Mato Grosso é o maior produtor de grãos, mas, também, temos grandes madeireiros e a base florestal trabalha 100% corretamente. E estar fazendo até...

O SR. RIVA - O CIPEM está fazendo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Já está fazendo.

Mas eu gostaria muito que o Governo entrasse nessa por meio do CIPEM. Mas vamos intensificar o que se falou aqui de mostrar outra realidade. Porque quando aparece o manejo, o madeireiro, também aparece, infelizmente, a imagem daquele correntão que foi pego, que o proprietário nem era de Mato Grosso, era de fora. Então, isso fica marcado em todos nós.

Essa é uma preocupação, sim. Acredito que o Secretário Maia já levou essa preocupação ao Governo.

O senhor quer que alguém, especificamente, responda?

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Ok.

É só uma preocupação.

Com a palavra, a Sr^a Cristiane Mota, servidora do INDEA de Aripuanã.

A SR^a CRISTIANE MOTA - Boa-noite a todos!

Boa-noite aos componentes da mesa!

Como funcionária do INDEA de Aripuanã, eu posso expor as dificuldades que nós temos em executar esse trabalho.

Nós não temos um local específico; os caminhões não podem vir ao centro da cidade; nós temos que nos deslocar até o posto ou até as madeiras. Nós não temos respaldo nenhum, depois que vou lá, coeto a amostra, venho fazer o certificado, que é emitido *on-line* hoje, tem um sistema *on-line*, e, depois disso, não acompanho mais o caminhão. Então, ninguém me garante que pode ser acrescentando a essa carga ou retirado.

Como o Secretário Maia falou que o nosso colega Elias não dorme direito, quero dizer que não é só o pessoal da SEMA, o pessoal do INDEA também não dorme direito, porque não tem garantia nenhuma. Nós também não temos esse local que hoje, na unidade de Aripuanã, é composto por um técnico, que sou eu; um médico veterinário, Tadeu; e um funcionário cedido da Prefeitura.

Então, o serviço hoje é bastante, porque não trabalhamos só com a identificação de madeira. Nós trabalhamos com as campanhas de agrotóxicos, sementes e mudas, brucelose, tuberculose, leilão. É uma gama de serviço que nós temos que atender.

E hoje o que falta? A estrutura física e também funcionários. Por quê? Com três funcionários em uma unidade é impossível de atender.

Então, aos colegas madeireiros tento atender o máximo que posso, tento fazer o máximo que posso. Não é satisfatório, porque sou uma só. Não tem como eu atender todo mundo.

Hoje, 80% da madeira escoada de Aripuanã é feita essa identificação aqui. E os outros 20%, consequentemente, Juína e Cuiabá.

O que o Deputado Riva falou de juntar as espécies, eu acredito que é quase impossível. Por quê? Os angelins, como o Marcos mostrou para Vossa Excelência, são sessenta e seis, e *vochysia* são milhares.

Então, há um serviço de orientação quando sai dos manejos. Saindo certo, o nosso é o último serviço. A identificação de madeira hoje não está contra o madeireiro, de maneira alguma, visa levar para fora do Estado a boa qualidade do nosso setor madeireiro.

Então, se você vende uma madeira para o Paraná, para São Paulo, ele tem a garantia de que vai sair daqui um Cedrinho (Erisma) e vai chegar lá um Cedrinho (Erisma). Não vai sair daqui um Cambará, que tem vários nomes vulgares, tem o Cedrinho, tem o Erisma, tem o *Vochysia*, tem vários tipos de Cambará, tem o Coalho, que é um dos pontos mais críticos da

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

identificação. A palavra Cambará dava arrepio, porque você não sabia se era Coalho ou Vochysia. Então, até identificar certo e seguir um parâmetro foi difícil.

Hoje tem que se investir na qualificação do que é retirado dos manejos.

Muito obrigada (PALMAS).

O SR. RIVA - Eu queria pedir autorização da Presidente da Audiência Pública para fazer uma pergunta, uma observação e uma pergunta.

Primeiro, em que pese toda a inteiração que existe entre engenheiros florestais, é muito comum o erro das essências nos manejos. E o madeireiro, o proprietário da terra, aquele que faz o manejo, não pode pagar por isso.

Agora eu duvido que alguém venha aqui em Aripuanã comprar Angelim da Folha Larga. Vem? Angelim Mandioqueira, alguém já pediu aqui? Nós só temos aqui três ou quatro espécies de Angelim que são comercializáveis. Grande parte deles não é. Então, quando nós falamos em simplificar é porque, se dermos um livro deste aqui na mão de um proprietário de terra ele vai ficar doido. Ou não vai? Aqui tem Angelim que só dá para identificar pela folha. A semelhança... Só a folha é diferente. Como é que você vai descobrir, se o engenheiro florestal tem dificuldade? Então, eu continuo insistindo: vamos ter que simplificar isso. Não tem como.

Eu achava que eram vinte e achava um absurdo. Aí ele me informou que eram sessenta e seis. Não tem sentido isso aqui para o proprietário da terra. É difícil chegar num entendimento entre quem faz o manejo e o classificador que está lá na ponta. Quer dizer, nós não podemos fazer o proprietário de quem fez o manejo pagar por essa falta de entendimento. Essa é a minha leitura. Então, seria importante que o INDEA entrasse num entendimento com o CIPEM, com a SEFAZ, com a SEMA e tentássemos resolver isso.

Há alguns dias encontraram uma espécie de Maçaranduba - Maçaranduba -, uma Maçaranduba diferente, o “cara” prendeu o caminhão do “sujeito” porque a Maçaranduba era um pouco mais vermelha do que aquela espécie que estava ali e acharam um nome para ela. Ficou uma discussão. O engenheiro florestal não conseguia saber, o que fez o Projeto, não sabia que tipo que era. A pessoa que cerrou falou: “Olha, está lá como Maçaranduba!”

Então, eu acho que é possível simplificar buscando uma média daquele que nós temos aqui, porque Angelim que existe em Mato Grosso são três ou quatro. Essa quantidade de espécie não tem aqui. Não é? Mas vai chegar um dia que o “nego” vai falar: “O seu aqui é um Angelim bravo”. E prende a carga do sujeito. Até descobrir isso, eu já vi tanto prejuízo para o dono da carga. E tem gente com madeira presa porque até hoje não chegaram a um entendimento.

Você acredita nisso? Eu te levo lá para ver! Tem madeireiro amigo meu que tem carga presa até hoje porque estão discutindo o tipo da madeira. Por causa de porcaria, porque aquela é um pouquinho mais cara, que ela é não sei o quê... Ora, é questão de bom senso.

Então, nós precisamos encontrar um entendimento quanto a isso, que é tão grave quanto a situação dos madeireiros aqui em relação à demora de LAU e de manejo é esse problema.

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Cristiane, quando você disse que vocês não estão contra o madeireiro, nós sabemos disso. Vocês estão lá na ponta, como nós. O problema está em cima, na legislação.

Quando eu falo que o grande problema hoje não é em si só as espécies, a classificação, mas a palavra transporte, que é o grande problema hoje, que caracteriza o crime, esse é o problema. Então, temos que criar um meio de fazer essa classificação no pátio. Não sei. De repente, quando chega essa... Mas no pátio, classificando essa madeira, para que quando as colocar no caminhão, a partir do momento que colocou no caminhão, ela já esteja todinha pronta.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

O que eu vejo hoje, pelo que estou escutando dos funcionários que falam, dos madeireiros e da grande maioria que está envolvida é a mesma coisa. Seria como se eu tivesse um bufete e fosse contratada para entregar um jantar no dia tal, em tal hora. Eu tenho dez, quinze funcionários para me ajudar a fazer essa comida. Cada um vai lá, meche um pouquinho e põe o sal; o outro não gosta do sal, vai lá e põe pimenta, e assim vai. Qual tipo de comida? Com que qualidade eu vou entregar para quem me encomendou isso, sendo que até lá tanta gente já passou a mão? É assim que acontece com o madeireiro. Hoje não é só o proprietário. Não depende só dele. Depende desde o mato, do engenheiro, do profissional que vai fazer a nota, e muitas vezes dá erro de nota, digitação errada, tem a classificação... E é isso que nós queremos. Todo mundo quer trabalhar em junto, principalmente os madeireiros. Sei que vocês são parceiros.

Agora inscrito José Rodrigues Braga Filho, da Braga Madeireira.

O SR. JOSÉ RODRIGUES BRAGA FILHO - O nome é José Filho, da Braga Madeireira.

Meu boa-noite à mesa.

Meu boa-noite ao pessoal que está aqui.

Nós estamos aqui só para... Se fôssemos falar de dificuldades no ramo madeireiro, passaríamos a noite, o dia, uma semana e não chegaríamos a lugar nenhum.

Queremos aqui, em nome de todo o Setor Madeireiro, agradecer a Deputada Luciane Bezerra, que está trazendo esse debate, essa oportunidade de estar aqui clamando as nossas dores, que não são poucas.

O Deputado Riva estava falando da situação... Desculpe-me, não o Deputado, o Secretário estava falando do funcionário que não dorme pensando o que vai acontecer amanhã.

Nós temos cem motivos para não dormir, não só pensando na questão da fiscalização, mas pensando na questão de como operar, de como vender, de como receber, a pauta que não nos ajuda, o nosso Estado vizinho que está na frente porque tem uma pauta mais barata e quando os nossos vendedores lá fora vai oferecer uma madeira ele já está falando: "Ah, mas no Pará é mais barato, em Rondônia é mais barato". Lá eles têm asfalto, eles têm a pauta mais barata e por aí vai.

Mas eu gostaria de falar sobre a questão do beneficiamento da madeira. Só falamos que devemos beneficiar madeira e agregar valores. A pauta da madeireira beneficiada, no meu entendimento, deveria ser mais barata por estarmos gerando emprego, estarmos gerando mão-de-obra, e, no entanto, ela é mais cara.

Outra questão é o aproveitamento da madeira. Nós jogamos muita madeira fora porque não compensa beneficiar essa madeira. Não tem como você pagar uma pauta e ela não corresponder lá fora ao preço. Essa é uma das questões.

Outra é o incentivo fiscal que o nosso Vereador Jonas estava relatando aí também. Nós não temos incentivo nenhum, nós só somos discriminados no ramo da madeira.

Então, eu deixo o meu apelo para que também possam pensar nessa questão do incentivo, nessa questão do beneficiamento, projetos para aproveitar melhor essa madeira.

Eu fui a Cuiabá há um tempo e tem um rapaz lá que ele junta lixo de madeira em Sinop e leva para Cuiabá, e ele consegue fazer muita coisa com aquela madeira lá, muita coisa mesmo.

Eles aproveitam com ripão, eles aproveitam para fazer palha, eles aproveitam para um monte de coisa. Então, eu acho que nós também aqui teríamos condições de aproveitar melhor essa madeira se fôssemos incentivados. Essa é a minha palavra. Muito obrigado! (PALMAS).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Obrigada, José, nós iremos levar todas as suas sugestões.

Com a palavra, o Sr. Alcino Coutinho, Vice-Prefeito de Nova Monte Verde.

O SR. ALCINO COUTINHO - Boa-noite a todas e a todos; boa-noite, em nome do Deputado Riva, eu quero cumprimentar a todos da Mesa.

Eu quero dizer que a Deputada Luciane Bezerra, juntamente com o Deputado Riva por terem acolhidos, estão de parabéns.

Eu acho que veio atender um pedido de socorro dos madeireiros, porque sabemos que foram muitas coisas erradas. Sabemos que o madeireiro é o maior amigo defensor da natureza. Para ele só importa a madeira de pé, caída não importa ao madeireiro. Agora, o que não podemos aceitar é sermos tratados desse jeito, isso é impossível. Eu quero agradecer também aos Deputados Dilmar Dal Bosco, Aírton Português, aqui também que são conhecedores, estão juntos, porque têm esse conhecimento.

Lá em reunião com os madeireiros do nosso município não tem nenhum que não perdeu três, quatro cargas de madeira dentro de 90 dias para cá. Isso é um absurdo! Sabemos que uma carga de madeira sobra muito... É isso aqui uma carga de madeira. Mas para extrair essa madeira, para chegar a ser serrada, isso custa muito. Então, cada quarta cargas representa um prejuízo muito grande para a empresa. Tem empresa lá em que foram presos oito caminhões. Oito caminhões! Eu disse: meu Deus, o que está acontecendo?

É quase uma brincadeira, mas essa é a realidade que está lá. Não vou citar o nome da empresa, mas se for preciso ele está lá. Ele cortou um pedaço de uma mesma madeira, pegou um pedaço mais ou menos de três metros. Ele disse: tem coisa errada, não é possível. Cortou na ponta, cortou no meio e na outra ponta e levou no INDEA e disse: "Eu quero ver que tipos de madeiras são estas. Eu quero que classifique.". Deu três essências de madeira!

Então, vocês vejam, eu acho que o INDEA também tem que ter pessoas, ter técnicos melhor capacitados, porque vocês vejam, uma mesma madeira dar três essências de madeiras?! Pelo amor de Deus, como é que nós madeireiros vamos aguentar?

Parabéns aos senhores por esta iniciativa! Eu acho que não existe outro caminho no momento e vamos dar as mãos como a Deputada falou e juntos nós venceremos. Mas, tem que mudar, com certeza, não tem como. Não tem como, tem que mudar. Era isso que eu tinha a falar. Muito obrigado (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - É, Alcino, é isso aí mesmo é essa a mudança que nós queremos, que todo mundo fale a mesa linguagem, que tenha um alei para todos.

Agora está inscrito o Sr. Ednilson Faitta, proprietário da Madeireira Três 3F e ex-Prefeito de Aripuanã.

O SR. EDNILSON LUIZ FAITTA - Boa-noite!

Em nome da Presidente desta Sessão, Deputada Luciane Bezerra, cumprimento a mesa; e quero cumprimentar o público presente.

Eu queria me ater aqui a um assunto um pouco diferente que não seja só SEMA, que foi um tanto debatido. Mas, especificamente, a realidade econômico hoje do nosso município, dos municípios vizinhos aqui de Colniza e Cotriguaçu e a realidade econômica do setor madeireiro também.

Hoje, nós estamos situados estrategicamente no pior lugar do setor madeireiro do Brasil. O nosso frete daqui para qualquer lugar dos portos do sul, para qualquer lugar é 50% mais caro do que o frete, não é do Pará e Rondônia, até mesmo aqui de Sinop que é um grande pólo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

madeireiro. Isso também representa um custo de frete que para chegar a mercadoria para nós aqui também num custo absurdo.

Então, com isso nós temos um custo altíssimo para escoar a nossa produção, o que vai descontar no nosso preço final e temos um custo altíssimo de produção, um dos mais altos do Brasil.

Há pouco tempo eu vi uma reportagem no *Fantástico* ou no *Jornal Nacional*, não me lembro, sobre o preço do combustível no Brasil, e citaram vários lugares como o preço mais caro do Brasil. Mentira, esqueceram de vir aqui. Essa é a nossa realidade, esses são os nossos custos e o nosso dia a dia. E aí chegam: ah, o madeireiro vende uma madeira a mil e cem reais lá em São Paulo, ele paga cem reais lá na floresta. Nossa, quanto lucro! Cem reais na floresta, mais cem, cento e cinquenta reais para trazer até o pátio da cerraria, mais cem reais para cerrar, divide isso por dois, quando aproveita um pouquinho melhor talvez um pouco mais, isso vai chegar - numa conta rápida aqui - num custo de aproximadamente seiscentos reais.

Pela Pauta do nosso Estado, vocês viram comparado com outros estados, uma madeira de seiscentos reais na Pauta vai custar, de impostos, para o emprego presumido, mais de cem reais entre ICMS, PIS, COFINS e impostos federais.

Aí nós temos um frete de trezentos reais a tonelada para uma madeira que pesa mil e duzentos, mil e trezentos quilos! São trezentos e sessenta, quatrocentos reais de frete. Ou seja, essa madeira quase que custou mil e cem reais. Eu não fiz conta do FETHAB, nem do INDEA e nem de taxas, taxas e taxas que nós somos aqui obrigados a pagar.

Então, Srs. Deputados, o problema da SEMA é apenas mais um que agrava em muito a nossa situação porque nós ainda ficamos dependendo de muitas coisas para solucionar os problemas, mas a nossa realidade, hoje, é crítica, é necessário providências, eu tenho certeza que sei que não será resolvido aqui, são coisas de se pensar, de se analisar, de se buscar opções.

Então o custo de projeto florestal é alto, porque se demora, porque é isso, porque é LAU, porque é Ministério Público que faz pressão, tudo isso acaba sendo... a demora acaba custando. Então, eu arrisco dizer até que do custo de uma madeira, 60% é Projeto, a madeira não chega nem a 40%, o resto são custos que nós temos devido à burocracia, aos trâmites dos órgãos públicos, eu sou Prefeito e sei como é que é, eu sei que é difícil. Não pensem os senhores que é fácil, não. É muito difícil para um órgão público. O órgão público não acompanha a velocidade da iniciativa privada e aí fica tudo travado, é INCRA que não funciona, é INTERMAT, é SEMA, é FUNAI, tudo. Nada neste Brasil funciona. Só a fiscalização às vezes, não é?

Outro fator que é muito importante, senhores: Hoje, nós perdemos a competitividade para outros Estados devido ao frete, a pauta... Outros Estados da Amazônia. Mas também estamos perdendo para Estados do Sul do País.

Hoje não se produz mais compensados no Estado de Mato Grosso, praticamente. Mais de noventa por cento das fábricas de compensados faliram, porque estão usando MDF.

E assim foram com as laminadoras. Hoje se usa pinhos e eucaliptos produzidos no Sul do Brasil a um custo de trezentos e cinquenta reais o metro cúbico. Como nós vamos produzir isso aqui? E são madeiras que vão se perder na floresta e que não serão mais ocupadas.

Então, precisa de uma legislação eficiente, eficaz, um incentivo fiscal para isso para que seja competitivo ainda.

Aliado a isso nós temos o câmbio, o multicambial. E, pasmem, hoje o Brasil já está começando a importar piso de madeira pronto. Isso está acontecendo no nosso País, hoje, devido a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

essa política nossa que cada vez mais deixa o Setor Madeireiro em dificuldade muito grande de trabalhar.

Nós temos aqui um período de safra muito curto. Começa lá pelo mês de maio, junho e podemos trabalhar até setembro, outubro, quando dá tudo certo. Dependendo da região, até um pouco mais.

Temos que estocar a nossa matéria-prima para trabalhar o período de chuva. E quais são os financiamentos que existem para o Setor Madeireiro? Nós temos que tirar a madeira da floresta, trazer até a serraria, estocar para chuva e vendemos com trinta, setenta, noventa dias, e temos que bancar isso tudo. Nossa margem de lucro, quando muito, chega a dez por cento. Quando muito. E nós temos que pagar juros de dois, três por cento ao mês.

Então, para um produto acabado, beneficiado, que precisaria ser produzido aqui no Estado de Mato Grosso, leva-se três meses para fazer. Entre trazer da floresta, serrar, secar a madeira, produzir, aproveitá-la bem, três meses demora e mais três para receber. Com juros de três por cento e uma margem de lucro de dez por cento, qual empresa sobrevive no Estado de Mato Grosso?

A realidade econômica é muito mais grave do que se imagina, e providências têm que ser tomadas nesse sentido.

Fora isso, essa demora na liberação das LAUs, tudo isso vem prejudicar. Mas eu acho que tudo isso já foi debatido, já foi conversado com o Secretário e o Secretário vem se esforçando para melhorar isso.

E, Secretário, em nome do Setor, pelas dificuldades que nós já temos, gostaria que isso fosse uma dificuldade a menos em nosso dia-a-dia.

Temos ICMS altíssimo como energia elétrica, por exemplo. Muitas empresas têm o crédito, mas pequenas empresas do Simples não creditam e pagam uma conta altíssima de energia e telefone por conta disso. Telefone, e a nossa internet? O que nós fazemos hoje sem *internet*?

Temos aqui a Operadora local OI que seguidamente nos deixa três dias sem *internet*, e nós com caminhão para carregar, para fazer nota e tudo o mais, como que ficamos?

Temos algumas... A Secretaria de Fazenda facilitou muita coisa com a Nota Fiscal Eletrônica, com o recolhimento das taxas, pagamento via banco, via *internet*, mas criou outras dificuldades. Por exemplo, criaram o Conhecimento de Transporte Avulso. Agora nós não precisamos ir à Exatoria fazer. Agora temos que fazer o Conhecimento de Transporte Avulso. Aí, numa quarta-feira tem o feriado, e o que acontece, gente, quando tem um feriado na quarta e na quinta-feira? Feriadão até na segunda-feira da outra semana. E nós ficamos com os caminhões carregados, impossibilitados de mandar; e quando tem que mandar sem, corre-se o risco de ser multado na estrada, porque, às vezes, o prejuízo do caminhão parado é maior.

Então, esse Conhecimento de Transporte Avulso, Deputado Riva, é uma coisa que deveria ser abolida da legislação. Não ser obrigatório. Tem horas que eu até preciso dele, mas ele ser obrigatório, tem que dar condições de ser emitido sempre. Não podemos ficar parados três, quatro dias por causa de um único documento, pela burocracia que às vezes não tinha nem necessidade, porque o imposto já vai ser pago igual, independente dele ou não.

Então seriam esses comentários.

Eu não vou repetir aqui muita coisa que já foi falado. Mas gostaria de deixar a minha opinião, também, sobre essas fiscalizações que nos têm acometidos.

Eu viajo constantemente, e há pouco tempo estive em São Paulo e me pergunto: Se a legislação florestal é nacional, se as áreas de preservação permanente são nacionais, por que no

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

Estado de São Paulo existem desmatamentos? No Rio Tietê, por exemplo, não se vê uma árvore sequer, onde está o IBAMA no Estado de São Paulo? Vem o pessoal de lá para cá para fiscalizar aqui? E as centenas de mortes que ocorreram no Rio de Janeiro, por quê? Porque a área de preservação permanente nas serras foi ocupada indevidamente e a fiscalização nada fez.

Então, essa história de defender o meio ambiente, eu não sou contra que se combata o desmatamento, afinal, nós madeireiros precisamos da mata em pé. Mas a legislação tem que ser justa para todos, a lei é para um e para outro. Não apenas servindo de bode expiatório para a imprensa nacional mal-informada e maldosa assim como muitos membros do Ministério Público mal-preparados, que não têm conhecimento de vida e que ficam nos criticando e achando que estamos errados.

Então, este é o meu desabafo. Sinceramente, eu já estou aqui em Mato Grosso há 25 anos e nunca estive tão desanimado de estar por aqui.

Muito obrigado (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Parabéns, Faitta, pelo seu desabafo. Eu acredito que é o desabafo de todos que estão aqui. Foram anotadas todas as sugestões e vamos formular junto com as outras. Muito obrigada.

Com a palavra, o Sr. Fábio Jean, Engenheiro Florestal.

O SR. FÁBIO JEAN - Boa-noite a todas as autoridades e todas as pessoas que estão aqui!

Eu gostaria de falar um pouquinho sobre o manejo florestal, também sobre o setor de base florestal. Hoje vemos, eu particularmente como técnico nessa área, tudo relacionado. Você precisa de um monte de documentação: é CAR, é LAU e é Certidão de Legitimidade. Aí você precisa da LAU, a LAU está lá: “ah, não está analisada, falta a certidão”. Vamos ao INTERMAT, não se consegue, fica lá, bate em um para juntar no outro até analisar.

Agora, vendo as outras cadeias produtivas, agropecuária, sojicultora, toda cadeia produtiva da agricultura, foi criado o CAR, o Cadastro Ambiental, justamente para fazer fluir isso. Realmente, a SEMA está de parabéns, vem evoluindo, quem trabalhava na época do IBAMA sabe, é conhecedor que muito tem que se melhorar, como o Secretário Maia falou. Mas eles estão batalhando quanto a isso. Só que o setor florestal ainda está pagando, porque eu acho que é a única cadeia produtiva que necessita, só se aprova um manejo florestal se tiver a Licença Ambiental.

Hoje, o gargalo não é o manejo florestal. O gargalo da SEMA, hoje, no meu modo, pelo menos, só no nosso escritório tem umas dez licenças ambientais! Eu estou com dez processos lá aguardando para sair a licença para poder protocolar o manejo.

Então, eu gostaria de fazer um apelo para os Deputado aqui presentes, que levem para a Assembleia Legislativa, e também peço para o Secretário Maia, que seja revisto isso.

Não é justo estarmos ali fazendo o serviço de campo; o serviço estar pronto; os clientes pedirem e não podermos protocolar o manejo, porque a LAU é um documento fundamental. Não dá para ir analisando esse manejo e colocar que para liberação do manejo, para retirar o manejo, tem que apresentar a LAU e os dois processos andarem simultaneamente, tanto o manejo quanto a LAU? Hoje, isso não acontece!

Outra coisa, para eu pegar um financiamento no Banco não preciso da Licença Ambiental. O CAR para o produtor simplesmente basta. Para eu vender o gado não preciso de LAU. Alguns frigoríficos exigem, mas pode ser o CAR.

Eu estou falando isto em nome do setor madeireiro.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

Então, eu gostaria que os senhores levassem isto: Por que para o manejo o CAR não basta, sendo que na hora em que aprova o manejo o produtor, o madeireiro, assina um Termo de Compromisso de que ele vai deixar a floresta em pé? A floresta vai ficar lá. O que é isso? Nós estamos deixando a floresta. Ela vai permanecer. Então, não é justo um setor pagar, ter um monte de burocracia, muita burocracia, sendo que nós vamos deixar a floresta lá. De cada hectare que é aprovado de manejo, vamos dizer assim, é retirada árvore para explorar, de três a cinco, de três a seis árvores por hectare. Então, qual é o impacto que isso vai gerar?

Nós vemos fiscalizações tal: “Ah, mas tem muita madeira ilegal!” Realmente, o setor pena. Eu vejo! Há clientes nossos que já deixaram o setor. Falaram: “Olha, eu não aguento mais. Eu não consigo. Eu estou abandonando.” É justamente por isso, porque é muito lento, muito demorado. Hoje, está melhor que na época do IBAMA, realmente. Mas nós temos que rever isso.

Por que não só precisar do CAR como as outras cadeias produtivas do setor da agricultura? Além do mais, vamos deixar a floresta em pé. O proprietário assina o Termo de Compromisso que diz que vai se responsabilizar e é proibido derrubar.

Então, eu gostaria que os senhores levassem isso. Eu não sei se por meio de lei ou de decreto; se depende do Poder. Eu, também, quero saber se não depende só dos senhores. Eu ouvi dizer: “Ah, mas a lei é federal.” Mas nós temos conversado com engenheiros de outros Estados. No Pará, por exemplo, não tem Licença Ambiental Única; no Amazonas, também, não tem. O Governo Federal criou o Cadastro Ambiental Rural, agora, eu acho que, pelo menos, pelo o que eu vi nos moldes do Estado de Mato Grosso.

Então, nós temos que parar com isso! Se aqui mesmo, no nosso município, simplesmente falassem: Olha, só com o CAR podemos fazer manejo, aumentaria muito a nossa oferta de manejo e conseqüentemente diminuiria a matéria-prima ilegal. Porque o pessoal está lá batendo, batendo ou derrubou 50% e você vai fazer o CAR, mas não consegue. Porque se eu fizer o CAR de um pequeno produtor como esse, eu o entregarei e todos os seus dados.

Então, eu gostaria que Vossas Excelências tivessem essa consciência, que levassem essa questão e pensassem: Se tem como tirar a Licença Ambiental Única, não tirar... No CAR você assina um compromisso que você tem um, dois ou três anos para fazer a licença, mas que o manejo andasse. Já que existe o CAR, tem o cadastro, tem todos os dados lá, a pessoa com o manejo aprovado vai deixar a floresta em pé por que não?

Se passasse a vigorar isso, poderíamos dizer só aqui, no município, que aumentaria muito, muito mesmo, as áreas de manejo e conseqüentemente não existiria tanta madeira ilegal e dinheiro gasto com operações, fiscalizações. Se todo o setor florestal tivesse condições, matéria-prima para trabalhar, todo esse dinheiro investido em operações poderia ser gasto para melhorar o sistema, para melhorar a SEMA, pois, não precisaria de tanta repressão porque eles teriam matéria-prima para trabalhar.

Era isso! Muito obrigado! (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Muito obrigada!

Essa discussão já foi feita com uma minuta de lei que foi levada à Assembleia Legislativa pela SEMA. Já havia essa mudança de tirar a LAU, de não depender da LAU para o manejo.

Mas eu vou passar para o Secretário Alexander Maia, até mesmo porque eu quero que ele explique melhor em que pé anda essa lei.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

O SR. ALEXANDER TORRES MAIA - Jean, obrigado por você ter abordado esse tema.

Esse tem sido um questionamento nosso pessoal desde o primeiro dia que chegamos à Secretaria.

Eu tenho conversado com a Procuradoria do Estado que fica dentro da SEMA; tenho conversado com os nossos técnicos. Está aqui o Elias que já me viu questionando e fazendo a mesma pergunta que você nos fez agora: Por que eu não posso para o manejo, se eu posso para a atividade agropecuária? Por que o setor de base florestal fica de fora desse privilégio? Porque o CAR é um privilégio. O CAR é um grande privilégio. Isso foi reconhecido nacionalmente.

Você tem razão quando diz que o nosso exemplo serviu de base. Ele mais do que serviu de base. Se você pegar o CAR do Ministério do Meio Ambiente, verá que é a cópia integral do CAR do Estado de Mato Grosso. Então, ele não serviu de base. Ele foi totalmente adaptado no Ministério do Meio Ambiente.

Para resolver esse problema o que nós propomos na Secretaria?

Quando os senhores me solicitam a LAU o que eu enxergo na sua propriedade? O que eu licencio da sua propriedade? O que é a LAU? O que a LAU me garante? Reserva Legal e APP. Mais nada! Mais nada! Eu lhe dou um cheque em branco: Está aqui a sua LAU. Agora, o senhor pode fazer o que quiser.

Então, o que nós propusemos lá, Jean? Nós montamos um grupo de trabalho interno que teve a participação ostensiva do CIPEM. A nossa ideia era licenciar a atividade e deixar a discussão da propriedade para depois. Então, o senhor está ali, tem a posse, tem a propriedade da terra, entrou com o seu pedido, eu lhe concedo, analiso a sua atividade, o que o senhor vai fazer na sua propriedade rural. No segundo momento, nesse meio tempo, enquanto se está trabalhando, nós vamos discutindo a questão das propriedades da terra.

Isso já virou uma minuta. Nós temos conversado com a Assembleia Legislativa no sentido de levar essa discussão para a Casa de Leis. Isso não gerou, ainda, um consenso no Estado. Por isso, não aconteceu na velocidade que nós gostaríamos.

O setor agropecuário, Deputado Dilmar Dal Bosco, é muito resistente a essa proposta, porque vai criar uma pequena obrigatoriedade. Afinal de contas, eu vou saber quais são, por exemplo, os defensivos agrícolas que estão sendo utilizados para produção de soja, para a produção de algodão. Eu vou licenciar a atividade propriamente dita e não apenas enxergar a Reserva Legal e a APP como nós fazemos.

É claro que se você gera obrigações as pessoas que estão no conforto, na comodidade, vão gerar resistência. É contra essa resistência, então, que nós vamos continuar promovendo o diálogo. Nós temos que pensar no Estado como um todo. Nós sabemos que essa mudança é importante e nós vamos implementá-la. De uma forma ou de outra, nós vamos implementá-la. Nós só estamos esperando agora o *time* certo para que isso não cause um desconforto a um outro setor no Estado, ou seja, mais ou menos, cobrir um santo e descobrir outro, se me permitem utilizar essa linguagem popular. É o único cuidado que estamos fazendo para te dar uma resposta, não só a você, mas a todo setor de base florestal que aguarda ansiosamente por isso.

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Muito obrigada, Maia.

Com a palavra, o Sr. Roberto Ruiz, servidor da EMPAER.

O SR. ROBERTO RUIZ - Boa-noite a todos!

Srs. Deputados, Sr. Secretário, nós estávamos reunidos esta semana com o pessoal do Arco Verde, lá de Brasília, e eu, na oportunidade, falei para eles que o que faz com o setor

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

madeireiro é mais ou menos parecido com o que fizeram com o Complexo do Alemão, falta de ação do Governo em toda Amazônia.

Lá, o que faziam? Cobravam propina do traficante e falavam para ele não descer o morro. E foi isso que foi feito até hoje. Tem projeto de manejo que fica cinco anos lá.

Agora, o dia que o Projeto de Manejo gasta um milhão de reais, o projeto fica cinco anos lá ele precisa reaver o capital e começa tirar madeira. Ele tem que tirar, tem que sobreviver porque o capital dele está lá. Então, é simplesmente falta de ação do Governo. Foram muito felizes o Ednilson e o Fábio.

Deputado, o senhor já pensou se nós falarmos no FCO para o madeireiro? Nós vamos presos.

Lá nos Estados Unidos, eles têm um braço mecânico que só tira o galho da árvore, tira os pedaços da tora e não destrói a floresta. Então, do tempo que está só perseguindo, perseguindo, vamos financiar atividades madeireiras; vamos legalizar; vamos financiar máquinas mais adequadas para tirar madeira; vamos acabar com esse prazo que não é de um ano, que são de quatro meses para tirar a madeira do manejo.

O que é que acontece? É o que o nosso colega ali falou: A pessoa investe um milhão para aprovar um projeto de manejo, ele tem quatro meses para tirar madeira, tira tudo que está lá dentro e não sabe nem se vai vender. Depois, às vezes, não tem comércio para essa madeira toda.

Então, por que é que tem que tirar madeira do manejo em quatro meses, se você pode ir lá com um GPS e tirar uma coordenada e essa árvore ficar quatro ou cinco anos para você tirar? Então, essas coisas precisam ser revistas.

A questão da pauta não é só o setor madeireiro que precisa ver.

Colega da SEFAZ, a carreta sai de Minas Gerais carregada de novilhos e vem até aqui, ICMS do Frete: cento e sessenta e quatro reais, e é pago o frete de ida e de volta. Aí ela vai carregar a bezerra branca para levar daqui para lá, ICMS do frete: mil e oitocentos reais. E tem que pagar ida e volta de novo.

Então, precisa rever se o Governo está precisando de arrecadação. Mas tem certas coisas... Ou nós vamos arrumar o Amazonas ou não vamos.

Vocês viram, por exemplo, que o pessoal da *Rede Globo*, quando vieram no Amazonas, sensibilizaram, foram abraçar a Catedral da Sé. E o Rio Tietê, com aquele fedor, aquela imensa podridão, eles nunca abraçaram a Catedral da Sé?

Será que aquele artista que foi abraçar a Catedral da Sé, como falou o Ednilson, não está morando numa APP? Será que ele não está morando em cima de um morro lá na Capital?

Então, precisa rever a questão desse prazo. Às vezes, você vai ao pátio da cerraria, está aquele monte de madeira cerrada lá, não tem comprador e ele tinha um prazo para tirá-las do manejo. Com isso, vai se evitar muita coisa.

Deputado Riva, esse pessoal veio para cá para uma Operação e está ganhando diária, gastando um monte de dinheiro. E aí a caneta ficou muito pesada. Qualquer coisinha eles estão multando, porque tem que mostrar quantas multas aplicaram nesses dias que estão aqui.

Ora, às vezes, muita coisa que seria relevada, eles estão metendo a caneta! E aí o povo não está aguentando mais, não só o setor madeireiro, que está numa pressão danada, até os nossos pequenos produtores da agricultura familiar.

Ora, não tem incentivo, não tem ação do Governo, o nosso solo da Amazônia é um solo ainda em formação. Ele derruba, só aguenta plantar a lavoura dois anos. Aí o calcário lá em

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

Sinop custa trinta reais a tonelada; aqui, ele custa cento e vinte reais. O adubo lá custa setecentos; aqui, ele custa dois mil. Como que o agricultor familiar vai conservar esse solo? Ele vai derrubar mais um pedaço!

Temos um produtor lá do Lontra que derrubou mais um pedaço para plantar a roça dele. Sabe quanto foi a multa? Cento e vinte mil reais. Ele vai vender o sítio e não vai pagar a multa.

Temos um produtor da Conselvan que levou uma multa de duzentos mil reais. O que é que vai fazer com aquele coitado?

Então, a caneta ficou mais pesada para justificar as diárias desse pessoal que está aí. E quem mandou esse pessoal não pensou nisso antes.

Então, Sr. Secretário, o senhor tem que levar isso para o Governador.

Senhores Deputados, os senhores têm que levar para o Governador, para Brasília para repensar essas ações.

Se o Governo se omitiu até hoje não é agora que o pessoal vai pagar o pato, porque estamos aqui numa pressão danada. Eu estava até brincando e fui descobrir o que a minha netinha vai ser: Vai ser madeireira, porque toda a hora que ela escuta o barulho do helicóptero do IBAMA, ela esconde debaixo da cama.

Então, tem que repensar essa questão de tirar madeira do manejo num ano só. Não tem justificativa cabível para isso! Isso está ajudando a tirar a madeira mais depressa, a destruir e abrir estrada. Ele tem que rever o capital dele.

Essas coisas, o imposto, Vossas Excelências têm que rever essa ação desse pessoal porque não dá para conviver com uma pressão dessa.

Muito obrigado. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Obrigada, Roberto.

Hoje, eu também fui procurada por um senhor de Conselvan com uma multa de trezentos e quarenta e sete mil. Quatro lotes ele tem, ele e os filhos.

O SR. RIVA - E o diabo não é nada, é que tudo isso tem lei. Sabia? Tudo está bem aprovadinho pelo Congresso Nacional.

Há poucos dias eu vi um Deputado Federal reclamar de uma multa. Aí ele foi conferir e estava exatamente tudo em cima da lei. Então, esse é o grande problema nosso.

Por exemplo, essa Resolução do CONAMA estabelece que o manejo é de doze meses e prorrogável por mais doze, quer dizer, justificado. Todo mundo sabe que já vão ser dois anos que eu ainda acho pouco. Quanto maior fosse o prazo, Roberto, melhor seria. Porque você faz um manejo, por exemplo, de mil hectares e faz um de cinco mil hectares, lógico que aumenta a despesa.

Mas para quem está acostumado, Ednilson, ficar esperando, às vezes, dois, três anos, corre atrás da LAU, corre atrás do manejo, se você faz ele um pouco maior, com um prazo de extração maior, é um benefício para o meio ambiente e economiza custo para o empreendedor. Então, é uma questão que pode ser estudada.

Mas eu quis apenas fazer essa observação em relação as multas, aquilo que eu falei lá no início, é verdade, toda multa que é aplicada, você vai correr atrás, tem um lei aprovada, sancionada e que está sendo aplicada. Então, o cara que aplicou a multa, lógico que foi insensível, mas ele usou uma lei de um que foi mais insensível ainda, que permitiu aprovar. Então, precisamos fazer uma reviravolta nisso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

Vocês perceberam uma coisa que é óbvia, mas é importante que vocês percebam, porque a solução não está aqui e não vai estar só com o Governador Silval Barbosa. É importante que façamos um trabalho na nossa Bancada Federal.

Nós estamos nos mobilizando, através da UNALE, e vou insistir na participação dos Deputados, porque a UNALE pode mudar muita coisa. Por exemplo, a questão das emancipações, que não têm nada a ver com nossa situação aqui, está lá no Congresso Nacional, mas o Congresso Nacional não consegue votar.

Eu até fiz um apelo lá na reunião e falei: Nós temos que decretar aqui o seguinte “não vamos mais votar em Deputado Federal que não tem compromisso conosco”. Votou. Não deu certo. “Cara, vai cassar sua turma”. Porque é de arrepiar a falta de comprometimento do Congresso Nacional.

Falo isso porque eles passam o tempo todo brigando pelas malditas emendas, e a legislação, que poderia ser aperfeiçoada, as reformas que poderiam ser votadas, infelizmente não conseguem.

Hoje eu estava conversando com o Senador Blairo Maggi e ele falou: “É duro lá. Não é fácil.” E aí nós temos só 8 Deputados Federais e 3 Senadores. Vamos disputar com São Paulo, com a Bahia, com o Rio de Janeiro que tem 70 Deputados Federais. Então, é muita injustiça.

Vocês vão falar: “Mas o Deputado Riva está muito pessimista.” Não é pessimista. É a realidade que nós temos que enfrentar.

Então, queria apenas colocar isso que nem tudo vai estar ao alcance para brigarmos, porque essa legislação federal, essas multas do IBAMA, o cara que vem multar, vem com a lei nas mãos. Esse é o grande problema.

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Com a palavra o Sr. Nelson Toshio Takada, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Aripuanã.

O SR. NELSON TOSHIO TAKADA - Eu quero cumprimentar a Presidente desta Mesa, Deputada Luciane Bezerra; o Deputado Riva, Presidente da Assembleia Legislativa; o Coronel Maia, Secretário de Estado; o Prefeito e a Prefeita Nelci, os demais Deputados, os servidores e funcionários do Estado, meu boa-noite.

Cumprimento a plateia também.

Quero aqui colocar algumas questões também e a minha preocupação que temos como servidor público procurando desenvolver um trabalho para a comunidade e para a nossa região.

Já estamos aqui há vinte anos, então, já temos um espelho da nossa realidade.

É um município de grande extensão, não é preciso repetir, mas queremos lembrar. Aripuanã há tempos vem trabalhando com a madeira, é de onde sai a nossa economia, não só Aripuanã como muitos dos nossos municípios vizinhos. Então, é a base da nossa economia. Mas o que é que retorna para o nosso município dessa economia, em benefício futuro, em benefício à aqueles que estão produzindo?

O Coronel falou, e muitos falaram também, que chega a 80% a economia vinda da madeira. O que é que retorna para o nosso município, ou para a nossa região do setor produtivo da madeira? Quanto se arrecada disso?

O nosso colega da SEFAZ colocou muito bem que os impostos e a tributação são grandes. Mas o que é que nós temos de retorno para o setor, para a área que nós temos de verde?

O nosso colega falou da floresta em pé - e nós temos muito. É por isso que sai madeira, é a nossa riqueza, é o nosso patrimônio e é a nossa economia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

O que é que o Governo tem para retribuir pela preservação da nossa reserva legal, da nossa floresta em pé, como foi colocado? Nós vimos floresta deitada, a não ser a madeira depois de serrada.

Então, um município como Aripuanã, que vem batalhando, suando sua camisa, que fale o nosso Prefeito, que no ano passado teve a audácia de abrir uma pequena secretária, a Secretaria de Meio Ambiente, Cel. Maia. Mas o que é que vai fazer uma Secretaria de Meio Ambiente sem recurso? Como o senhor mesmo colocou, quando o senhor assumiu há cinco, seis anos, a Secretária de Estado...

(O SECRETÁRIO MAIA FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. NELSON TOSHIO TAKADA - Há um ano e três meses.

E já dobrou, multiplicou o seu quadro de funcionários. Com certeza também aumentou a sua arrecadação, a sua receita.

É isso que eu quero colocar, que o nosso município produz, mas não tem retorno garantido na base, onde se trabalha com a questão.

A Operação Arco Verde esteve aqui buscando soluções, buscando sugestões. Isso foi colocado na forma de cadeias produtivas. O Município de Aripuanã apontou rumo das cadeias, a integração lavoura/pecuária/floresta.

Eu acho bom que pensem dessa forma, porque se pensar só em lavoura ou só na pecuária, nós temos aí, como foi dito por outros colegas, a questão da publicidade em cima dessas cadeias isoladas, e culpam o desmatamento, culpam a questão da degradação ambiental, mas ninguém se preocupou, Deputado Riva, com a questão legal.

Quando falamos em CAR, nós exigimos do CAR. Quando falamos na questão da fiscalização, com a qual estamos convivendo, é como... Lembro-me neste momento o dia de ontem, o Dia dos Pais, e aqui quero cumprimentar todos os pais, que quando querem ensinar um filho, mas não ensinam adequadamente. Apenas dão uma palmada, umas cintadas, e o filho não sabe por que está apanhando. Mas ele provocou ou tem uma educação legal para que ele saiba que está fazendo errado. A legislação ampara esse erro? Aí como nós estamos exigindo?

Nós sabemos que a nossa região tem uma problemática muito grande com a questão fundiária. Como nós vamos fazer o CAR, se nós não resolvemos a questão fundiária.

Aí quem paga é o produtor. Legalmente ele está errado, porque ele desmatou. Ele está plantando, ele está defendendo a sua economia plantando arroz, feijão, farinha, farofa. Mas de que forma ele está produzindo isso? Não sabemos, mas o IBAMA, a SEMA, nós temos consciência de que essas áreas produtivas estão totalmente ilegais, mas que vêm trabalhando na economia na base da sustentação da sua família e na base da economia da nossa região. Então, é isso que eu quero colocar: que, mesmo trabalhando, está todo mundo errado.

E não quero me delongar muito. Mas aqui eu quero dar uma sugestão em relação à madeira também. Porque, quando falamos na classificação da madeira, como foi colocado aqui que existem “n” variedades e “n” espécies, se formos ver a utilização dessas madeiras, com essenciais, eu acredito que nós resolvemos bastante com as suas aplicações. Nós vamos ter sessenta e seis ou, para cada madeira, sessenta e duas aplicações. Então, eu acredito que a densidade da madeira a sua resistência física pode ser um parâmetro considerado para a classificação.

E quando nós falamos do manejo, nós temos a preocupação de garantir a reserva por vinte e cinco anos dessa área manejada e apenas um ano ou dois para você extrair essa produção. E com essa classificação e com uma nova classificação dessas essências de utilização, nós poderemos talvez prolongar a extração de forma adequada dentro dessas áreas de manejo ao longo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

desses vinte e cinco anos. Porque o produtor não vai segurar essa reserva vinte e cinco anos sem receber pelos seus serviços de preservação legal da floresta.

Então, isso é uma preocupação que nós temos e eu acredito que pode ser considerada nos trabalhos. Muito obrigado (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Obrigada seu Nelson. A última inscrição da noite é a do Sr. Celsinho Azoia, da Madeireira Creforma de Juara.

O SR. CELSINHO AZOIA. - Boa-noite Deputada Luciane Bezerra. Em seu nome quero agradecer a todos os membros da mesa e quero fazer uma pergunta ao Secretário de Meio Ambiente, Coronel Maia.

A respeito do manejo, nós temos escritório lá na fazenda onde foi feito manejo e com a preocupação na questão do manejo para a serraria, do transporte de tora.

A medida cheia, eu já cheguei a carregar carga que eu fui entrar no site da SEMA para emitir a nota e ela foi bloqueada porque não podia fazer nota acima de 80 metros. Por isso eu falo que tem medida cheia, pé e ponta. Se a tora dá 8,30 metros, tem de ser marcados 8,30 metros. Não são 8 metros. Está gerando uma preocupação no pátio da empresa, por quê? Essa carga que está dando 80 metros de medida cheia lá no manejo, se você for medi-la com medida de compra no pátio, ela está dando 58,60 metros com medida de compra, por quê? Vem peroba, geralmente a peroba tem o oco, vem o Angelim que tem o brancal, vem a garapeira que tem o brancal, jatobá. E está gerando uma preocupação, porque, se o excesso fica no manejo, quando você acaba de executar o manejo, você tem como devolver o excesso para SEMA. E do que jeito que está acontecendo o excesso está ficando no pátio do madeireiro. E está sendo, como se diz, assim, alvo de uma fiscalização. O que acontece? É que às vezes você está tentando fazer a coisa certa e você lá na frente está vendo que vai se dar mal. Você está entendendo?

Por esse motivo, porque eu já passei por isso na Operação Guilhotina, a minha empresa foi fiscalizada e o meu pátio não deu 10%, deu 8% a diferença, e fui multado em R\$440.000,00, justamente por causa disso, de nós procurarmos querer fazer a coisa certa.

E outra coisa que quero perguntar para Vossa Excelência, que é a respeito do que eu fiquei sabendo, não sei se é verdade ou não: O IBAMA estaria apto a fiscalizar o manejo, depois que você o entrega a SEMA? Eu não sei se isso é fato ou não. Eu gostaria que Vossa Excelência estivesse falando isso para nós, porque, quem faz todo o trâmite é o madeireiro com o engenheiro e com a SEMA. Aí vai a outro órgão, que é a mesma coisa numa cidade. A Polícia Civil com a Polícia Militar, elas não se dão. É a mesma coisa hoje. O IBAMA com a SEMA, eles têm os seus impasses entre eles, porque, queira ou não, a SEMA hoje tirou uma boa parte do filão que era do IBAMA. Então, isso eu quero que Vossa Excelência esclareça para nós (PALMAS).

O SR. ALEXANDER TORRES MAIA -Celso, 100% de razão com relação a tua primeira consideração, o Elias já está anotando. Nós vamos precisar rever especificamente essa metodologia para que possamos dar uma resposta, porque isso não pode ficar na conta do madeireiro. Então, nós vamos rever metodologia.

Eu até comentava aqui, Geraldo, isso não veio como um pleito do segmento, não veio via CIPEM, não havíamos sido alertados com a esses problemas.

O que são, senhores, na verdade, muito natural. Ainda hoje nós comentávamos que a gestão ambiental é muito dinâmica, então, você resolve um problema aqui hoje, eu pensava nessa portaria de 2007 regulando a atividade da base florestal.

Naquela época, Sr. Presidente, com, certeza, era uma das melhores opções que tinha. A nossa obrigação é ir revendo a produção que foi feita no passado, atualizando, simplificando

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

e modificando para atender tanto nosso aspecto preservacionista como também o desenvolvimento que se faz necessário. Então, isso aí sem maiores problemas nós vamos fazer essa revisão, vamos chamar o CIPEM.

Vou pedir, Celso, que você cobre o CIPEM para que possamos fazer essa discussão juntos.

Com relação ao IBAMA, sim, é verdade, o IBAMA tem acesso a todos os dados da SEMA, isso faz parte de uma política de entrosamento e de não permitir que as operações aconteçam aleatoriamente. Então, eu já tive a oportunidade pessoalmente de estar no centro de comando lá em Brasília, um Centro de Comando de Inteligência onde participavam diversos órgãos. A questão ambiental é muito sensível no setor nacional, isso é tratado com muita seriedade no Governo da Presidenta Dilma Roussef. Eu estava lá com o Exército, com Polícia Federal, com a ABIN, com o IBAMA e com outros órgãos de inteligência do País inteiro reunidos numa sala com vinte pessoas apenas, com um sistema de segurança para tudo quanto é lado do que lá estava sendo discutido. Isso foi fruto da confiança que nós desenvolvemos lá.

Então, temos o IBAMA como parceiro hoje, eles estão acompanhando a forma como temos feito a gestão. É uma forma séria, é uma forma onde nós nos preocupamos em dar respostas de maneira mais célere, de maneira mais rápida, é verdade. Mas, em momento algum nós nos despreocupamos com a questão ambiental. Uma coisa não exclui a outra, muito pelo contrário, você pode e deve fazer as duas ao mesmo tempo.

Então, essa fiscalização é absolutamente normal assim como, por exemplo, você tem a fiscalização de um veículo, quem faz a fiscalização do veículo quando você licencia? Você tem o Município, ou a CIRETRAN, ou o Estado licenciando o seu veículo. Se você tem Guarda Municipal, faz a fiscalização no seu veículo, a Polícia Militar faz a fiscalização no seu veículo, a Polícia Civil faz a fiscalização no seu veículo, todos tem acesso a base de dados onde seu veículo está registrado. Então, mais ou menos a mesma coisa acontece, principalmente, em se tratando de meio ambiente, onde você não tem privilégios de particularidades. Tudo que diz respeito ao meio ambiente é público e nós fazemos questão de que seja assim para a nossa proteção e para a proteção dos senhores também.

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Passo a palavra ao Prefeito Carlos Roberto Torremocha, que quer fazer uma colocação.

O SR. CARLOS ROBERTO TORREMOCHA - Primeiramente eu quero agradecer a presença de todos aqui, dos Deputados. Hoje, Aripuanã está de parabéns por ter quatro Deputados aqui. Então esse é um grande pleito.

Quero agradecer também ao Secretário e fazer uma pergunta: Secretário Alexander Maia, nós estamos no manejo, sabemos que muitas espécies que vêm do mato tem um rendimento maior do que aquele rendimento 2.2 que hoje é a Lei do CONAMA. E nós temos várias espécies de madeira, Deputada Luciane Bezerra, que confirmada, por exemplo, um Angelim, uma Garapeira, uma Cupiuba, um Cedrinho, que são madeiras que dão seus 60%, 65% de aproveitamento. E a maioria das pessoas, hoje, tem que fazer um estudo na SEMA. Então, gostaria de ver, eu sei que tem a Lei do CONAMA que não permite a você realmente baixar a quantidade dessa madeira. Mas eu gostaria de saber como está o andamento na SEMA para essas vistorias no pátio do madeireiro e como está funcionando isso.

O SR. ALEXANDER TORRES MAIA - Beto, primeiro, não é porque está na Resolução do CONAMA que nós não poderemos trabalhar com base em dados técnicos para fazer essa modificação. Essa é uma proposta surgida, fruto da Audiência Pública, acho que é

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

extremamente importante a presença da Assembleia Legislativa. Ela reforça esse posicionamento e nós temos assento no CONAMA justamente para discutir essas questões. O próprio CIPEM, hoje, também já tem assento no CONAMA. Nós conseguimos, ano passado, fizemos uma requisição por meio da Secretaria de Meio Ambiente e o CIPEM tem assento no CONAMA para que possamos fazer essas modificações e para que possamos fazer essas adequações.

Com relação a parte da fiscalização, eu vou me inteirar melhor a respeito disso. Não é a nossa prioridade, não é aquilo que efetivamente nós estamos nos debruçando em cima. Eu tenho me preocupado, ultimamente, muito mais do que diz respeito aos resultados, passarei essa resposta amanhã mesmo, você estará lá em Cuiabá, aí conversaremos mais amiúde sobre isso e você poderá trazer uma informação mais à contento.

O SR. CARLOS ROBERTO TORREMOCHA - Porque essas espécies de madeira, hoje, vamos dizer assim, que o madeireiro não está aproveitando adequadamente a madeira, porque realmente o rendimento dela é maior do que aquele documento lançado pela SEMA.

Nós temos espécies que não tem... Está bom naquela conversão dos quarenta e cinco por cento. Mas hoje essas espécies e muitas outras do que eu citei, que hoje tem um rendimento de sessenta a setenta por cento que chega a madeira a render numa serraria. E hoje muitas vezes você não dá, por exemplo, uma madeira curta nós estamos atravessando essa dificuldade.

Você embarca a madeira comprida, realmente a madeira curta vai ficando sem documento porque o seu rendimento foi maior do que a conversão.

O SR. ALEXANDER TORRES MAIA - Eu entendi, até conversava aqui um pouco com o Deputado Riva a respeito e entendi a consideração. Ela realmente é plausível. É lógico, o senhor está vivenciando todos os dias lá e nós vamos ter que inserir nessa discussão para dar resposta adequada também. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Maia, essa foi uma preocupação que eu levei quando quis fazer parte daquela Câmara Técnica do Estado, do CIPEM, onde eu falei da Assembleia Legislativa ter uma cadeira cativa nela, e você falou que ia ver. E uma das coisas que eu falei com o Júlio, da época em que ele ainda estava, foi essa conversão da madeireira. E ele falou que nessa Câmara ela tem sim poder de estar levando e estar mudando.

Então, nós vamos trabalhar também. Só precisamos da cadeira lá, para brigar.

Ficou de fazer essa solicitação, esperamos, mas agora vou dar uma lembradinha lá e você fez para nós.

Agora, vou passar para o Sr. Geraldo, porque ele quer fazer uma colocação, do CIPEM.

O SR. GERALDO BENTO - Pessoal, é o seguinte: o nosso Colega levantou a sugestão com referência ao rendimento da tora e da madeira serrada.

Eu acho que hoje quando vai a fiscalização na madeireira fazendo o levantamento do pátio e se esse pátio estiver batendo com o saldo do CC-SEMA essa madeireira está trabalhando errada.

Porque, veja bem, tem tora que dá cinquenta, tem tora que dá trinta, tem tora que dá sessenta, setenta e nós não chegamos num consenso nunca. Nunca vai chegar ao consenso.

Então, Deputado, vai aqui uma sugestão do nosso Setor, porque eu posso falar pelo Setor, que é o seguinte: a madeira tinha que ser fiscalizada e acompanhada pela legislação ambiental enquanto fosse tora. E, a partir do momento que ela passa a ser madeira serrada, ela tinha que ser controlada pelo Setor de tributação, porque a partir daquele momento ele passa a ser

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

subproduto que pode dar um rendimento maior quanto menor. Então, estamos dando um tiro no pé. Você está acertando com estoque seu, que não é real. O estoque poderia ser maior ou poderia ser menor também, dependendo da qualidade do produto.

Então, fica essa sugestão aqui.

Eu acho que o Secretário falou sobre a Resolução do CONAMA e deve apresentar na Resolução do CONAMA, que é uma alternativa que regularizava toda a nossa situação de pátio de madeira e de coeficiente também que não chega a lugar nenhum. Na época era 1,8, depois 2,2, e nunca ninguém chegou ao consenso. E nós só estamos levando multa todas as vezes que a fiscalização vai ver o pátio. São multas monstruosas.

Você imagina, Deputada, que cada metro de madeira dá uma diferença de 100 centímetros, uma madeira que está há 20 anos no ramo, imagina a monstruosidade de diferença que tem aí. Então é complicado. Obrigado! (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (LUCIANE BEZERRA) - Obrigada, Geraldo.

Eu gostaria de fazer um agradecimento, estava aqui presente a Sr^a Ildori, também o seu esposo, o Sr. Djalma, muito obrigada pela participação.

Os inscritos acabaram. Eu acho que, dentro do possível, atendeu a todo mundo. Os Deputados abriram mão de fazer o encerramento final.

Então, encerrando esta Audiência Pública, quero fazer um agradecimento especial à Prefeitura que nos cedeu o espaço, foi parceiro, obrigada, Prefeito Beto; agradecer a Cris e a sua equipe, que ajudou a montar tudo aqui, muito obrigada, Cris.

Agradecer ao meu pessoal, a equipe do meu gabinete, que está desde quarta-feira passada na estrada, porque nós tivemos uma Audiência Pública sexta-feira em Juara e de lá vieram para cá. Agradecer pelo empenho, pelo trabalho de vocês.

Agradecer também ao pessoal da Assembleia Legislativa que está desde quinta-feira na estrada nos ajudando aí nas Audiências Públicas de Juara e aqui em Aripuanã, e estão saindo agora. Muito obrigada a todos vocês. A todos que vieram aqui, participaram, a todos os madeireiros, a todos os funcionários públicos, os comerciantes, os funcionários que ajudaram a construir, as autoridades municipais que ajudaram a construir uma Audiência Pública produtiva. Muito obrigada.

Um agradecimento especial aos nossos colegas que vieram, que fizeram questão de estar presentes aqui. Esse setor da madeira neste ano, nesta Legislatura, está sendo muito bem representado, está diariamente sendo usada a tribuna, estão falando das problemáticas por que passa, e todos os Deputados estão empenhados, cada um ajudando no seu objetivo, na sua bandeira de campanha.

Eu quero agradecer o Deputado Riva, Presidente da Assembleia Legislativa; o Deputado Dilmar Dal Bosco, 3º Secretário da Assembleia Legislativa; o Deputado Airton Português, 4º Secretário da Assembleia Legislativa; o Prefeito Roberto Torremocha; o Vereador Jonas Rodrigues da Silva, Presidente da Câmara Municipal; o Secretário Alexander Maia, que fez o empenho.

De antemão, quero deixar registrado que os funcionários que o apoiaram, que estão aqui junto com ele, estão lá atrás fazendo tudo aquilo que ele falou, dando uma prestação de contas. Enfim, eles estarão ali após a Audiência Pública.

Eu, também, quero agradecer o Jonil Vital de Souza, da SEFAZ, neste ato, representando o Secretário Edmilson.

Por favor, mande um abraço ao Secretário.

Agradecer o Sr. Marcos Antônio Couto, que é do INDEA.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

Muito obrigada, Marcos! Eu sei que sairá daqui sensibilizado e levará ao Presidente do INDEA as nossas reclamações. Ele sabe; ele é conhecedor e vai nos ajudar.

Agradecer a Neuci Capitani, Prefeita de Colniza; e o nosso palestrante, representante do CIPEM, Sr. Geraldo Bento.

Eu quero deixar aqui um abraço a todos e dizer que saio satisfeita, hoje, pois, todos entenderam e não foram repetitivos. Cada um pegou certo segmento, falou de alguma coisa. Foi muito produtiva a nossa Audiência Pública.

É o que eu falei no começo: Não teria como terminar do jeito que terminou esta Audiência Pública, se não fosse pela participação de vocês, pois, trouxeram sugestões, reclamações, para que comecemos a fazer um trabalho Parlamentar juntamente com o Governo e com o seu Secretariado que se fez presente aqui e muito bem presente.

Em especial, o senhor, Secretário Alexander Maia, que em nenhum momento cogitou de vir aqui. Eu desmarquei a Audiência Pública que nós tínhamos aqui a dez ou quinze, porque o senhor não estaria presente. Mas o Governador lhe fez um pedido especial para que viesse à região para tranquilizar os madeireiros da região quanto ao que a SEMA está fazendo e à preocupação que a SEMA.

Então, eu agradeço lhe muito e a todos os seus funcionários, seus companheiros da SEMA.

Eu quero deixar um abraço especial e dizer que foi uma iniciativa... Eu venho do setor e conheço um pouco, mas é uma iniciativa da Assembleia Legislativa. São vinte e quatro Deputados que estão lá imbuídos no mesmo objetivo, que é ajudar o setor do agronegócio. Eu torno a dizer que o agronegócio inclui madeireiro. Não é só pecuarista e grandes lavouras, mas, também, o madeireiro, a agricultura familiar. É nessa linha que nós vamos defender sempre.

Então, grande abraço a todos!

Muito obrigada pela Audiência Pública!

Encerrando esta Audiência Pública, em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, agradeço a presença de todos.

Boa-noite para todos! Tenham uma ótima semana! Tudo de bom para nós!

Declaro encerrada esta Audiência Pública (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Aedil Lima Gonçalves;
- Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
- Ariadne Fabienne e Silva de Jesus;
- Cristiane Angélica Couto da Silva Faleiros;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Dircilene Rosa Martins;
- Donata Maria da Silva Moreira;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS QUESTÕES ATINENTES AO SETOR
MEDEIREIRO, REALIZADA EM ARIPUANÃ, NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2011, ÀS 19:00
HORAS.

- Isabel Luíza Lopes;
- Tânia Maria Pita Rocha;
- Suely Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia de França Daleffe.